



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE DIREITO

GERLANIA FÉLIX DE ALMEIDA

199259

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE
FORTALEZA-CE: CONDIÇÕES DE TRABALHO E AÇÕES DO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL.

331 55

- x Catadores de lixo - Fortaleza
- x Setor informal (Economia) - Fort
- x Condições de trabalho

160

Ac. 118326
331.11
A 4472
R 14025753

Fortaleza-CE
2010

GERLANIA FÉLIX DE ALMEIDA

**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE
FORTALEZA-CE: CONDIÇÕES DE TRABALHO E AÇÕES DO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL**

Monografia submetida à Coordenação
do Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Raimundo Bezerra
Falcão

Fortaleza-CE

2010

GERLANIA FÉLIX DE ALMEIDA

**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE
FORTALEZA-CE: CONDIÇÕES DE TRABALHO E AÇÕES DO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL.**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

Aprovada em __/__/__

Banca Examinadora:

Prof. Raimundo Bezerra Falcão (Orientador)
Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Fernando Basto Ferraz
Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Regnoberto Melo Junior
Universidade Federal do Ceará-UFC

AGRADECIMENTOS

Há tanto a agradecer...

A Deus, que me deu inspiração, vontade e força para a consecução desse trabalho há muito idealizado por mim. Não poderia jamais duvidar de que Ele esteve comigo ao longo dessa trajetória, inclusive, colocando pessoas em meu caminho que me ajudaram prontamente, sem jamais me terem visto antes.

Aos meus pais, Abel Paulo de Almeida e Maria Aucinete Félix de Almeida, que tem contribuído para o meu crescimento desde sempre. Eles são meus modelos de grandes batalhadores, e me ensinam, ainda hoje, o que significa o amor ao próximo e como podemos fazer a diferença para o mundo através de nossas ações.

À minha irmã Geórgia Félix de Almeida, companheira nessa luta que tem consumido anos de nossa juventude aqui, longe de Iguatu, cidade natal de onde viemos com tamanha vontade de crescer. Por me ter dado força em todos os momentos em que fraquejei, inclusive, fazendo os sermões mais chatos, mas necessários, e que fizeram a diferença. Por todo seu amor, companheirismo e exemplo de coragem e de caráter.

Aos queridos Alisson Costa Coutinho e Ana Paula Pereira, que fazem parte da família que podemos escolher: os amigos. Ademais, estudantes dedicados, mal sabem que, em muitos momentos de desânimo, eu pensava neles para me estimular a fazer o melhor que podia. Anjos colocados por Deus em meu destino.

Ao Professor Raimundo Bezerra Falcão, grande profissional, intelectual, mas, sobretudo, ser humano. Minha admiração por ele não conhece limites. Por toda sua atenção, ajuda, solicitude... Por me ter suportado perseguindo-o durante todo esse semestre, muito obrigada. Por me ter ensinado, enfim, muito além da sala de aula.

Ao Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Gemelle Oliveira Santos, que me guiou os primeiros passos na consecução de meu estudo, ele que é um dos maiores entendedores do

assunto em questão do nosso Estado. Muito obrigada por me ter doado parte de seu corrido tempo. Foi de extrema relevância sua ajuda.

Aos Professores Fernando Basto Ferraz e Regn Roberto Melo Júnior, sempre atenciosos e solícitos nos momentos em que os busquei.

Ao Dr. Sérgio Augusto de Tabosa Quesado, coordenador do Comitê de ética em Pesquisa da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC-UFC), pela sua atenção e apoio na aprovação desse trabalho pelo citado comitê.

À presidente da Associação de Catadores de Recicláveis da Maravilha, Maria de Fátima, a “Ronaldinha”, e à presidente da Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu (SOCRELP), Francinete Cabral, que me permitiram empreender meu estudo nas citadas entidades, sempre interessadas em contribuir para o fortalecimento da luta dos catadores de recicláveis de Fortaleza. Não poderia esquecer de agradecer, também, à Janete Lima, artesã de mãos habilidosas da SOCRELP, que me repassou informações imprescindíveis na entrevista que me concedeu.

A todos os catadores e catadoras de materiais recicláveis que se dispuseram a participar desse trabalho, por meio da entrevista a que muito gentilmente se submeteram, apesar do seu curto tempo disponível, visto que, enquanto estavam comigo, parados, não estavam fazendo a coleta do material que lhes garante a existência.

A todas as pessoas, enfim, que me ajudaram nos pequenos e nos grandes gestos, os quais me impulsionaram na feitura dessa pesquisa. Fiquem certos de que, muito mais do que a mim, contribuíram para a melhoria de vida de pessoas que, todos os dias, um tanto invisíveis aos nossos olhos, trabalham pela melhoria de vida de toda a população de nossa cidade: os catadores de materiais recicláveis de Fortaleza-CE.

RESUMO

Perante a hodierna crise no mercado formal de trabalho, surgem novas formas de labor. Em geral, essas atividades alternativas são marcadas pela informalidade e pela precariedade com que são exercidas, mas se justificam por viabilizarem o sustento de seus executores. É o que ocorre aos catadores de materiais recicláveis, profissionais que sobrevivem à margem do universo de direitos do mundo trabalhista, trabalhando em condições árduas. Essa pesquisa buscou conhecer, assim, o trabalho dos catadores de recicláveis de Fortaleza-CE, apreendendo, principalmente, o apoio que recebem do Poder Público Municipal. Para tanto, os dados foram buscados junto a duas associações de catadores de recicláveis dessa cidade, através da realização de entrevistas com esses profissionais, efetuadas por meio de questionário. As entrevistas foram precedidas de aprovação desse trabalho pelo Comitê de ética em Pesquisa da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC-UFC). A seguir, as entrevistas foram feitas, após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde os entrevistados consentiram em responder as perguntas do questionário. Como resultado, observou-se que a principal causa do exercício desse labor pelos catadores é a dificuldade de encontrar outra ocupação. Ademais, observou-se que o grau de escolaridade entre eles é baixo, não indo além do ensino fundamental. Quanto às associações estudadas, percebeu-se que, na que já está com a estrutura física montada (Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu -SOCRELP), as condições de labor desses profissionais são mais amenas. Na Associação de Catadores de Recicláveis da Maravilha, porém, cuja existência é meramente formal, os associados continuam indo à coleta de materiais nas ruas, submetendo-se a todas as dificuldades desse trabalho, como o preconceito e o desgaste físico. Por fim, concluiu-se que o apoio dado pelo Poder Público Municipal resta insipiente nas duas associações, o que denota descaso desse ente federativo perante essa categoria profissional, cujo trabalho traz tamanhos benefícios à cidade de Fortaleza-CE.

Palavras-chave: lixo; catadores; políticas públicas.

ABSTRACT

Faced with today's crisis in the formal labor market, arise new work forms. Generally, these alternatives activities are marked by the informality e by the precariousness way of execution, but they are justifiable because they insure the sustenance of their performers. It's what happens to waste picking, professional that survive out from the labor world's laws, acting in harsh conditions of work. This search sought to know the waste picking's work in Fortaleza-CE, mainly the support that waste pickings receive from the Government Public Municipal. The search was made in two waste picking's associations, through interviews with these professionals, using a questionnaire. Before the interviews, this search had to be approved by the Research Ethics Committee of the Assis Chateaubriand Maternity School. Then, the interviews were made after the signature of a Term of Consent by the waste pickings, consenting to answer the questions of the questionnaire. In the results, was observed that the mainly cause of the waste picking's labor is the unemployment. Was also seen that the waste pickings have a low schooling: the interviewed don't have beyond the elementary school. In the associations where the search was made, was seen that, in the Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu -SOCRELP, the conditions of work of the waste pickings are milder than the other investigated association. The Associação de Catadores de Recicláveis da Maravilha has a existence only formal, so its waste pickings have to go to the streets to collect recyclable material, suffering all the difficulties of this work, like the prejudice and the physical wear. So, was seen that the support given by the Municipal Public government is minimal in the two associations, what shows the neglect of the City Hall in relation to the waste pickings, despite their work be favorable to Fortaleza-CE.

Key-words: trash; waste pickings; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Mesa onde os materiais são colocados para posterior seleção manual	68
FIGURA 2 -	Catadora fazendo seleção manual dos materiais, sem uso dos EPI's	68
FIGURA 3 -	Sacos onde são colocados os recicláveis, para posterior venda	68
FIGURA 4 -	Vista frontal do galpão construído para sediar a Associação dos Catadores de Recicláveis da Maravilha	73
FIGURA 5 -	Parte interna da Associação dos Catadores de Recicláveis da Maravilha	74
FIGURA 6 -	Materiais recicláveis depositados à porta da casa de um catador	74
FIGURA 7 -	“Carroça” utilizada pelos catadores de materiais recicláveis	75

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. INTRODUÇÃO	10
2. PRINCIPAIS DOUTRINAS ECONÔMICAS QUE LEVARAM À CRISE ATUAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	13
2.1 Mercantilismo	13
2.2 Liberalismo Econômico	17
2.2.1 A Escola Fisiocrática.....	17
2.2.2 Escola Clássica ou Inglesa.....	19
2.3 Reações socialistas à doutrina liberalista	23
2.3.1 Socialismo Utópico ou pré-marxista.....	24
2.3.2 Socialismo Científico ou Marxista.....	26
2.2.3 Socialismo Pós-marxista.....	29
2.4 Reações não socialistas à doutrina liberalista	30
2.4.1 Intervencionismo.....	30
2.4.2 Keynesianismo.....	33
2.5 NEOLIBERALISMO	34
3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CRESCIMENTO DO MERCADO INFORMAL E SURGIMENTO DE CATEGORIAS DE OBREIROS COMO OS CATADORES DE REICLÁVEIS	36
3.1 Trabalho Precário no atual molde do Sistema Capitalista	36
3.2 Catadores de material reciclável como nova categoria profissional	41
3.3 A Indústria de Reciclagem e os Catadores de Recicláveis	44
3.4 Condições e trabalho dos Catadores de Recicláveis	47
3.5 Dignidade dos trabalhadores de material reciclável: preconceito e exclusão social	52
3.6 Formas de organização dos catadores: Associações e Cooperativas	54
3.7 A Constituição Federal como fundamento de garantia de condições dignas de trabalho para os catadores de recicláveis ..	59
4. Catadores de Recicláveis do Município de Fortaleza-CE	62
4.1 Diagnóstico sócio-econômico e cultural dos catadores de recicláveis do Município de Fortaleza-CE	62
4.2 Fórum Lixo e Cidadania: espaço de construção da participação	64
4.3 Associações de Catadores de Recicláveis de Fortaleza-CE ..	66
4.3.1 Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu (SOCRELP).....	66
4.3.2 Associação de Catadores de Material Reciclável da Maravilha.....	72
5. CONCLUSÃO	80
6. REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A	89

1. INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo desse trabalho, faz-se estudo preliminar acerca das doutrinas econômicas, através do qual se percebe as causas que fomentaram a precarização das relações trabalhistas. O capitalismo atual, reestruturado sob o discurso neoliberalista, baseia-se na busca desenfreada por lucro, o que acarretou um reordenamento significativo no mercado de trabalho. O formalismo, até então característico do contrato de trabalho, perante os altos números de desemprego, foi substituído pela informalidade, pela terceirização, pelo subcontrato, entre outras modalidades nas quais é peculiar a ausência de direitos (ZACARIAS & BAVARESCO, 2009, p. 294).

Desta feita, surgem formas de labor precárias em busca de sobrevivência, marcadas por profunda exploração, como os catadores de recicláveis, categoria profissional abordada no segundo capítulo desse trabalho. Esses obreiros procuram na coleta de materiais indesejados pela sociedade uma alternativa perante o desemprego, além de estarem sob o estímulo de um discurso ambientalista contundente e de uma indústria de reciclagem que se vale da bandeira de defesa do meio-ambiente para implementar lucrativa atividade (MEIRELES, 2009, p. 14-15).

Nesse trabalho, visou-se, portanto, conhecer o labor exercido pelos catadores de recicláveis em associações no Município de Fortaleza-CE, tentando apreender quais as condições em que é executado e qual o apoio proporcionado pelo Poder Público Municipal no sentido de garantir melhorias de trabalho e de vida para esses obreiros. Partiu-se nesse estudo, então, da análise das doutrinas econômicas que criaram condições para o surgimento de categorias de profissionais como essa. Almejou-se, também, conhecer o processo de trabalho executado por esses obreiros em associações, analisando-se as condições de execução, a renda auferida pelos mesmos e a atuação do Poder Público Municipal junto a essas entidades.

Apesar de os catadores de materiais recicláveis terem sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, desde 2002, como categoria profissional que faz jus aos mesmos direitos dos autônomos, apreende-se que essa conquista teve pouca

repercussão na melhoria de condições de labor e de vida desses trabalhadores (SANTOS, 2009, p. 19). Os catadores foram registrados, ainda, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o número 5192-058, o que poderia indicar uma maior dignidade conferida a essa classe obreira. O que se vê, no entanto, é a permanência desses trabalhadores como parcela da população excluída da sociedade (MEDEIROS E MACEDO, 2006 *apud* SANTOS, 2009, p. 19).

A atividade exercida pelos catadores, porém, é de extrema relevância, porquanto traz benefícios de ordem coletiva. Um exemplo disso é o prolongamento da vida útil dos aterros sanitários, já que os resíduos sólidos urbanos (RSU) que seriam destinados aos aterros são deles desviados pela ação dos catadores. Ademais, o trabalho desses profissionais diminui a poluição do solo, da água e do ar, melhora a limpeza da cidade e ainda é fonte de renda (DANTAS *et al*, 2009, p. 68).

No entanto, um rápido exame da realidade vivenciada por esses obreiros revela as dificuldades advindas da insuficiência de políticas públicas que lhes garantam melhorias em suas condições de trabalho.

Assim, no terceiro capítulo, essa pesquisa teve como foco os catadores de recicláveis do município de Fortaleza-Ce quanto a sua atividade, partindo, primordialmente, do estudo de duas associações desses trabalhadores e do apoio que recebem do Poder Público local. A coleta de dados foi feita junto a esses obreiros através de entrevistas semi-estruturadas por meio de questionário, o qual foi respondido após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As entrevistas foram efetuadas com 10 (dez) catadores de recicláveis, sendo 5 (cinco) de cada associação.

Essa pesquisa constituiu-se como qualitativa, já que, por meio da aproximação com essa classe obreira, buscou-se um aprofundamento no mundo de significados dos catadores de recicláveis, visando-se compreender a realidade por eles vivenciada além de abordagens matemáticas, apreendendo aspectos subjetivos, como os fatores que determinam, motivam e influenciam seu trabalho (MINAYO, 2002, p. 22-23).

Caracterizou-se, ademais, como pesquisa de campo, executada junto à Associação de Catadores de Recicláveis da Maravilha e à Sociedade Comunitária de

Lixo do Pirambu – SOCRELP, fazendo uso, ainda, de registros por meio de fotografia e de gravação da fala dos catadores, para posterior transcrição.

2. PRINCIPAIS DOUTRINAS ECONÔMICAS QUE LEVARAM À CRISE ATUAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.1 Mercantilismo

Aproximadamente de 1450 a 1750, várias transformações como o desenvolvimento científico, a laicização do pensamento, as Grandes Descobertas, a Reforma Protestante, os achados de metais preciosos, o afluxo de capitais, o fortalecimento dos bancos e as importantes transformações políticas da época, entre outros fatores, fomentaram o surgimento do Mercantilismo (FALCÃO, 1981, p. 86).

Essa doutrina constituiu-se, assim, em um conjunto de práticas econômicas marcadas, principalmente, pela intervenção do Estado na economia. Ademais, a concepção metalista desenvolveu-se como base desse sistema econômico, porquanto a acumulação de metais preciosos era considerada o principal meio de aquisição de riqueza.

Quanto às razões do metalismo, apregoa Falcão (1981, p. 86):

As razões explicativas para o metalismo resumiam-se no caráter de durabilidade das riquezas metálicas, na necessidade de dinheiro para pagar a guerra e na própria associação da moeda à riqueza. A verdade é que, no metalismo, se fulcra o pensamento mercantilista.

De acordo com Hugon (1984, p. 67), o Mercantilismo não se desenvolveu como um sistema único:

Tendo o mercantilismo durado três séculos e reinado em diferentes países, foi necessariamente obrigado a evoluir no tempo e no espaço. Expressou-se, pois, através de um grande número de sistemas, dos quais distinguiremos as cinco formas seguintes: a espanhola ou bulionista; a francesa ou industrialista; a inglesa ou comercialista; a alemã ou cameralista e a fiduciária.

Passemos, portanto, à análise das diferentes manifestações do Mercantilismo.

Na Espanha, o mercantilismo desenvolveu-se sob a forma metalista propriamente dita, a qual se estendeu também à Europa, e caracterizava-se por dois processos para a acumulação de ouro e de prata: o impedimento à saída de metais preciosos e a manutenção da balança dos contratos (balança comercial favorável). Desta feita, através da primeira tática citada, percebe-se a intervenção do Estado sobre a economia, seja desestimulando importações, seja chegando mesmo à proibição da saída de metais, além do aumento da taxa de juros, com o fito de atrair moedas estrangeiras. Já quanto à segunda prática, percebe-se a interferência estatal através da tentativa de controle completo sobre os contratos realizados entre nacionais e estrangeiros, inclusive, por meio de exigências, como a de que os navios espanhóis trouxessem do exterior o valor de suas cargas em ouro (FALCÃO, 1981, p. 87-88).

Na França, país que não explorava diretamente minas de ouro ou de prata, buscava-se obter esses metais indiretamente, através do desenvolvimento da indústria. Houve, então, uma forte ingerência estatal na produção e, também, no consumo. Assim, pode-se citar como medidas intervencionistas francesas: a fiscalização dos níveis máximos de salários; a fixação das taxas de juros, para que os custos de produção não retirassem o poder de competição dos produtos; a instauração ou intensificação de uma política demográfica que fornecesse mão-de-obra; o fortalecimento do exército, de modo que as armas garantissem a política e a economia; e a regulação do consumo, no intuito de aumentar o excedente de produção (FALCÃO; 1981, p. 88).

Na Inglaterra, o mercantilismo revestiu-se da forma "comercialista". Tendo em vista a ocorrência das grandes descobertas, as possibilidades comerciais eram demasiadas, de modo que os negociantes requereram que fosse revogada a proibição da saída de metais preciosos do país. Assim, essa forma mercantilista caracterizou-se por uma menor rigidez metalista.

Todavia, Hugon (1984, p. 71-72) assevera que, segundo essa concepção mercantilista, o comerciante é a nação, não o indivíduo. Por conseguinte, é o Estado

que empreende esforços no sentido de manter uma balança de comércio exterior favorável mediante a entrada de metais.

É nesse espírito que se concede autorização para a saída de metal. Todavia, como se exige, para que a balança seja favorável, serem as importações de ouro e prata superiores às exportações, todo um sistema de regulamentações é elaborado: o Estado regulamenta a produção, fiscaliza as exportações e controla as vendas no exterior, certificando-se de voltar ao país o montante correspondente a essas operações (regulamentações alfandegárias, coloniais, pacto colonial etc) (HUGON, 1984, 72).

Quanto ao mercantilismo que se desenvolveu na Alemanha, conhecido, também, como "cameralismo", tinha-se, à época, tanto uma política como uma filosofia diferentes em relação a países como Inglaterra e França. Isso porque a Alemanha não se encontrava unificada como a maioria das nações ocidentais. E, filosoficamente falando, afirmava-se a submissão dos interesses do indivíduo aos da coletividade, o que justificaria uma intervenção estatal mais forte ainda do que nas outras nações (HUGON, 1984, p. 72-73).

Confirmando esse entendimento, Falcão (1981, p. 90) explana que alguns adeptos do "cameralismo" defendiam o aumento populacional com o fito de obtenção de mão-de-obra, para implementar a produção de bens indispensáveis e, também, a proibição de importações desnecessárias. Como para essa doutrina o que importava era o interesse da coletividade, condenavam-se importações e exportações feitas em proveito individual. Ao Estado caberia, portanto, gerir o comércio exterior, podendo, ainda, empreender atividades empresariais por meio da criação de sociedades comerciais.

O mercantilismo assumiu, também, por volta do século XVIII, a forma fiduciária, cujo principal teórico foi John Law, para quem o volume de moeda constituía o elemento primordial do sistema, ou seja, devia-se aumentar a quantidade de moeda para se aumentar a riqueza pública (HUGON, 1984, p. 75).

Assim, os metais apresentariam, para Law, certos inconvenientes, porquanto a moeda-ouro e a moeda-prata sofreriam variações em seu valor, as quais tornariam

difícil sua utilização como padrão monetário. Desta feita, o papel-moeda deveria ser escolhido como moeda de troca, por ser produzido à vontade e em função das necessidades.

Law, no entanto, incorreu em erro, porque colocou no centro do sistema o volume da moeda em circulação, sem considerar a procura efetiva da moeda em relação ao real desenvolvimento da riqueza.

Mas, apesar de sua idéia posta em prática não ter obtido bons resultados, há importantes contribuições trazidas pelo pensamento de Law:

[...] o extravagante Law não era apenas um confuso, que não conseguia observar com clareza a distinção entre crédito e moeda, entre volume monetário e velocidade de circulação. Era também, apesar disso, alguém que conseguiu, ainda que desastrosamente, chamar a atenção para os inconvenientes da moeda-metal, realçou as vantagens da nota bancária como fator da elasticidade da circulação e concorreu para que também se visse a utilidade da concentração de metais preciosos em um estoque oficial ou sob controle oficial. Até no ridículo dos seus equívocos deixou algo aproveitável: a certeza de que a prosperidade artificial não constrói a riqueza real (FALCÃO, 1981, p. 91).

Após essas análises, depreende-se que o mercantilismo, apesar de suas variações, tinha uma unidade doutrinária, deflagrada por aspectos como a influência que exerceu em vários países, assim como o colonialismo (FALCÃO, 1981, p. 91). Ademais, releva destacar que a prática mercantilista do pacto colonial contribuiu demasiadamente para a construção das economias nacionais européias e, por outro lado, dificultou o desenvolvimento da economia nacional das colônias, fato que, até hoje, gera desequilíbrios econômicos de ordem internacional.

Como críticas ao pensamento mercantilista, Hugon (1984, p. 82-83) assevera: o demasiado valor atribuído aos metais preciosos; a consideração da produção relacionada à prosperidade do Estado e não ao bem-estar do indivíduo; a concepção de comércio internacional ligada à preocupação metalista, com uma conotação de antagonismo entre as economias dos países.

Mas, por outro lado, o citado autor defende como mérito do mercantilismo, no campo intelectual, a elaboração da economia nacional, ao estabelecer a vantagem e a necessidade de se explorar os recursos da nação sob o controle do Estado. E, também, no campo dos fatos, os mercantilistas aplicaram e desenvolveram a economia nacional do modo como a conceberam (HUGON, 1984, p. 83).

2.2 Liberalismo Econômico

O Liberalismo constituiu-se em um conjunto de idéias geradas como reação à doutrina econômica mercantilista. Isso porque o intervencionismo estatal, principal característica do mercantilismo, baseava-se numa total arbitrariedade, que reservava apenas direitos para o Estado e deveres para os indivíduos. É o que defende Hugon (1984, p. 88), ao afirmar que: "Assim se acentuava, cada vez mais, a oposição existente entre os interesses dos indivíduos, de um lado, e o interesse do Estado, de outro".

Essa reação começou a acontecer no final do século XVII e, em meados do século XVIII, manifestou-se por meio de duas escolas: a fisiocrata ou francesa e a clássica ou inglesa.

Ademais, Falcão (1981, p. 92) assinala que o liberalismo teve três dimensões: uma científica, porquanto buscava explicar os fenômenos econômicos por meios científicos; uma liberal, já que se dizia agir em nome dos ideais libertários; e uma individualista, porque se posicionava contra a subordinação do indivíduo ao Estado.

Passemos, então, à análise das escolas que constituíram a doutrina liberalista.

2.2.1 A Escola Fisiocrática

Foi a primeira escola econômica, tendo como principal teórico François Quesnay. Preconizou esta escola que a agricultura é o meio mais eficaz de se formar um excedente, constituindo-se na primordial fonte de riqueza da sociedade. Idealizou,

ainda, que os fenômenos econômicos surgem livremente, sem a necessidade de coações exteriores. Esses fenômenos seriam, portanto, regidos por leis naturais, as quais se deve conhecer e se deixar atuar (HUGON; 1984, p. 91).

A ordem natural seria, também, uma ordem providencial, ou seja, determinada por Deus, com o intuito de promover a felicidade dos homens. Daí, a necessidade de uma livre atuação, porquanto, para os fisiocratas, a liberdade seria a base do progresso econômico e social.

Essa crença na ordem natural e providencial pode ser explicada pelo caráter racionalista e pelo determinismo das leis científicas naturais então dominantes, que influenciaram, inclusive, o modo de ver a composição da sociedade pelos fisiocratas:

A própria estratificação imaginada para a sociedade refletia esses postulados: os agricultores constituíam a classe *produtiva*; os *proprietários* imobiliários ficavam no segundo estrato; por fim, os integrantes da classe *estéril*, formada pelos que se dedicam ao comércio e à indústria, pelos profissionais liberais e serviços domésticos. Disso decorreria uma peculiar distribuição de riquezas, que se pretendia matematicamente formulada. Era a aplicação ao *organismo* econômico das descobertas de Harvey sobre a circulação do sangue no organismo humano (FALCÃO, 1981, p. 93).

Segundo esses postulados racionalistas e deterministas, Quesnay formulou o "*Tableau Économique*", ou "tábua econômica", para explicar a distribuição de renda na sociedade entre as três classes sociais imaginadas: produtora, proprietária e estéril. O mesmo constitui-se em um esquema de análise apenas do setor agrícola, considerando que todas as trocas são feitas não entre indivíduos, mas entre classes. Assim, o *Tableau* objetivava explicar o surgimento do produto líquido e o modo como circulava entre as classes, estabelecendo que a circulação da riqueza entre as mesmas dependia do pagamento de renda à classe proprietária, a qual findava por movimentar o processo de trocas.

Admitindo, portanto, que a riqueza real, ou seja, o produto líquido, adviria somente da terra, a escola fisiocrática defendia um sistema tributário que incidisse direta e unicamente sobre a renda dos proprietários de terras (FALCÃO, 1984, p. 94).

Isso porque, ao se tributar também a classe estéril e produtiva, estar-se-ia tributando a produtiva uma vez mais, tendo em vista que aquelas seriam assalariadas desta.

Vale frisar, ainda, ao avaliar o "*Tableau Économique*", que a liberdade apregoada pelos fisiocratas em nome da ordem natural levanta questionamentos:

Predicava-se, pois, o pleno exercício da liberdade na esfera econômica. Mas, como usufruir dessa liberdade quem não tivesse o mínimo de sustentáculo econômico? As estátuas à liberdade não se levantam sem pedestal... Com razão diria Voltaire, sem dúvida um dos inspiradores do liberalismo em suas diversas facetas: "És livre de fazer, quando tiveres o poder de fazer". A dissolução das corporações foi, paradoxalmente, uma intervenção, ademais disso (FALCÃO, 1981, p. 94).

2.2.2 Escola Clássica ou Inglesa

Partindo, agora, para o estudo da escola Clássica ou Inglesa, pode-se, inicialmente, afirmar que esta foi, em termos de influência, a grande expressão do liberalismo econômico (FALCÃO, 1981, p. 94).

A princípio, destaca-se como característica do liberalismo a defesa da propriedade privada. Como importante pensador que exerceu influência sobre a escola clássica, aponta-se John Lock (LIMA *et al*, 2008, p. 4), considerado o primeiro teórico liberal por ter desenvolvido a teoria dos direitos naturais do homem.

Para esse pensador, o homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho. Segundo Lock, a terra foi dada por Deus em comum a todos os homens. E, ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural, o homem tornava-a propriedade privada sua, estabelecendo sobre a mesma um direito próprio, do qual estavam excluídos todos os outros indivíduos. O trabalho é visto, assim, na concepção desse teórico, como o fundamento originário da propriedade.

Ademais, Lock foi o primeiro a estabelecer as funções do Estado, além de ser o principal defensor de uma Constituição que pudesse conservar a propriedade acumulada pelos homens.

Posteriormente, o liberalismo constituiu-se numa corrente científico-econômica que teve início com Adam Smith em 1776, sendo, depois, continuada por Malthus e Ricardo e, por fim, complementada por Stuart Mill em 1848.

Adam Smith, ao criar a Escola Clássica, deu origem a uma ciência econômica semelhante em alguns pontos à da escola fisiocrática, pois, assim como esta, visava embasar os fenômenos econômicos e suas relações nas leis naturais, mas com algumas diferenças. Por exemplo, tomava como ponto econômico principal não a produtividade agrícola, mas o trabalho, reagindo, portanto, contra o ideário metalista e agrário dos fisiocratas (HUGON, 1984, p. 103). Assim, percebe-se que a idéia de labor é característica da concepção de "liberdade natural" desse teórico.

Ainda como traço marcante dessa doutrina, o individualismo desponta, já que o interesse privado é considerado o meio eficaz de alcançar o progresso geral da riqueza, mas não segundo a ordem providencial preconizada por Quesnay, a qual defendia haver uma união entre o interesse privado e o geral.

A idéia do individualismo na doutrina "smithiana" pode, assim, ser explicada:

A psicologia individual explica o interesse geral, que resulta espontaneamente, e não providencialmente, da soma de interesses individuais, fazendo com que, desse modo, o interesse individual coincida com o interesse geral, daí porque os interesses privados, segundo ele, devem gozar de liberdade plena (FALCÃO, 1981, p. 96-97).

Desta feita, ao buscar e obter o melhor para si, o indivíduo, involuntariamente, proporcionaria o bem à coletividade. Assim sendo, dever-se-ia dar plena liberdade aos interesses individuais.

Smith defendia, ainda, que, para que a divisão do trabalho fosse proveitosa, haveria duas condições: a extensão dos mercados e a abundância de capitais. Daí, da liberdade de comércio preconizada em seu sistema adviria, também, a liberdade de capitais, inclusive, quanto a sua aplicação.

No entanto, apesar desse ideário de liberdade, Falcão (1981, p. 98) chama a atenção para certos aspectos intervencionistas que aí se fazem presentes. Um exemplo disso é a existência de protecionismo quanto à concorrência estrangeira, no intuito de

se fomentar indústrias necessárias à guerra, "já que a defesa não era reputada menos importante do que a riqueza".

O pensamento de Adam Smith acabou, por fim, repercutindo sobre a visão de pensadores que o sucederam, cujas idéias enriqueceram a doutrina da escola clássica. Como exemplo disso, tem-se Robert Malthus, o qual questionou alguns princípios liberais, além de elaborar a sua conhecida teoria da população.

Essa teoria consigna um descompasso existente entre o poder de reprodução da espécie humana e a capacidade de produção dos meios de subsistência (HUGON, 1984, p. 112), de tal modo que o excedente populacional tenderia a desaparecer. Isso porque a população cresceria em progressão geométrica, ao passo que os meios de subsistência, em progressão aritmética, resultando numa inevitável catástrofe.

Apesar das falhas encontradas no pensamento malthusiano, reconhece-se a sua contribuição para a construção doutrinária do fundo de salário, do pensamento de Ricardo e de Stuart Mill, das concepções socialistas, especialmente quanto à luta de classes, além de sua influência sobre as idéias de Darwin, o keynesianismo e o intervencionismo estatal (FALCÃO, 1981, p. 99-100).

David Ricardo, outro importante pensador da escola clássica, elaborou a teoria da renda, segundo a qual a renda produzida pela terra dependeria da localização e de quão fértil é a terra.

Para Ricardo, o homem, inicialmente, buscou as terras mais férteis para o cultivo. Tendo em vista os preços de custo dessas terras serem os mesmos para todos os cultivadores, os produtos delas advindos, por terem igual qualidade, teriam idêntico preço também. Portanto, não se geraria renda.

No entanto, com o aumento populacional, terras menos férteis tiveram de ser ocupadas, gerando produtos cujo preço de custo era mais alto. Isso findou por alterar o preço de venda, já que em um mesmo momento e em um mesmo mercado, produtos de idêntica qualidade têm de ter o mesmo preço.

Ou seja, para Ricardo, o valor de troca de todos os bens é regulado pela maior quantidade de trabalho utilizada na sua produção em circunstâncias não favoráveis. Isso porque, nas terras menos férteis, se o preço de venda fosse inferior ao preço de

custo, elas não seriam mais cultivadas, o que não seria possível, tendo em vista a demanda gerada pelo aumento populacional. Assim, como os produtos de idêntica qualidade têm de ter o mesmo preço, os cultivadores de terras mais férteis vendem os seus produtos por preços idênticos aos das menos férteis, ganhando, portanto, um lucro suplementar, independentemente do trabalho e do capital usados na produção. Gera-se a renda, então, a qual não pára mais de crescer, tornando-se um diferencial na medida em que variam os preços de custo das terras de fertilidade decrescente (FALCÃO, 1981, p. 102).

Já Stuart Mill preconizou, ao retomar a teoria ricardiana e ao revisar os fatores da oferta e da procura, que o valor, diferentemente do que idealizaram Smith e Ricardo, dependeria da utilidade e da dificuldade de aquisição dos produtos. Assim, o preço variaria na razão direta da procura e inversa da oferta (HUGON, 1984, p. 137). Mill aproximou-se, ainda, do socialismo, na sua busca por "justiça social". Na verdade, sua obra representou uma transição entre a Escola Clássica, o Socialismo e o intervencionismo.

Embora se mantendo fiel à doutrina clássica, Mill buscou expandir suas idéias sobre "justiça social", estabelecendo uma distinção entre os fenômenos da produção e os da repartição. Para ele, os primeiros estariam subordinados às leis naturais, cujo forte determinismo não pode ser alterado pelos homens. Os da repartição, no entanto, são passíveis de mudanças, porque alteráveis pela sociedade. Assim, esse autor oscilava entre tendências individualistas e intervencionistas, tentando conciliar reformas sociais com a ciência clássica.

Após essa análise de alguns de seus teóricos, cabe abordar o fracasso do liberalismo como sistema econômico. Embora tenha contribuído para o desenvolvimento da indústria e possibilitado mudanças e descobertas científicas, ocasionou um grau de desigualdade entre as classes sociais, já que uma grande massa de trabalhadores se tornou miserável e tinha sua força de trabalho explorada em condições subumanas (LIMA *et al*, 2008, p. 10).

Desta feita, o liberalismo clássico começou a sofrer críticas que tiveram como causa a compreensão de que o mercado, livre das intervenções do Estado, não traz

benefícios a todas as classes. Ao contrário, promove uma ordem social desigual, de modo que a igualdade e a liberdade propugnadas nos séculos anteriores ficaram apenas no plano das idéias.

Essas críticas se refletiram no pensamento de diferentes autores que se opuseram à Escola Clássica, sendo que o ataque essencial a ela foi feito por meio do Socialismo.

2.3 Reações socialistas à doutrina liberalista

Como forma de reação ao liberalismo, pode-se falar em duas correntes que buscaram corrigi-lo. Assim, ocorreram as reações socialistas e as não socialistas, atacando ou preservando a instituição da propriedade privada (HUGON, 1984, p. 156).

O socialismo constituiu-se numa doutrina que buscou estabelecer uma fundamentação teórica quanto à intervenção estatal na economia e à estrutura igualitária de produção e de repartição.

Como objetivo primordial, manifestado em quase todas as suas correntes, tem-se o estabelecimento da igualdade entre os indivíduos.

Pode-se citar, ainda, como característica essencial do socialismo, a defesa da limitação ou da supressão do direito de propriedade privada. Ou seja, para esses pensadores, a socialização da economia seria um meio de realização da igualdade de fato, através da instituição do coletivismo e do comunismo.

Hugon (1984, p. 161) explica, assim, os conceitos de coletivismo e de comunismo:

O primeiro limita tão-somente a propriedade privada, propondo para tal efeito a comunhão dos meios de produção.

O segundo, visando à supressão completa da propriedade privada, propõe o estabelecimento da comunhão dos meios de produção e de consumo.

Outro forte traço socialista é a oposição à liberdade, princípio de organização da economia liberal, manifestado por um regime econômico baseado na lei da oferta e da procura e na livre concorrência.

Assim, para os socialistas, a livre concorrência não realizaria a melhor produção dos bens, sua distribuição equitativa e, muito menos, harmonizaria o interesse geral e o individual. Portanto, deveria ser estabelecida uma planificação da economia.

Ademais, o socialismo conta com características relativas ao espírito, podendo-se apontar dois grupos aqui, segundo os pontos de vista ético e jurídico, ou materialista (HUGON, 1984, p. 163). O primeiro pressupõe que a vontade humana pode atuar sobre a evolução dos acontecimentos, denotando uma veia voluntarista. Já o segundo apregoa que a vida orgânica é a primordial finalidade da vida humana.

Pode-se falar, ainda, em três espécies de socialismo: o utópico ou pré-marxista; o científico, manifestado, principalmente, por meio do Manifesto Comunista e de O Capital; e o pós-marxista (FALCÃO, 1981, p. 111).

2.3.1 Socialismo Utópico ou pré-marxista

O vocábulo "utópico" já antecipa características dessa doutrina, tendo em vista seu significado ligar-se à idéia de sociedade imaginária (FALCÃO, 1981, p. 111).

Pode ser caracterizado, primordialmente, pelo espiritualismo e pelo voluntarismo dos utopistas. O traço espiritualista tem em si um ideal de justiça e de fraternidade, defendendo, com a melhoria da economia, além de um acréscimo de bem-estar material, uma organização social mais justa quanto à repartição *per capita*. Seus principais teóricos foram Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon e P. J. Proudhon.

O traço voluntarista refere-se à crença na razão como o meio para se descobrir as falhas da organização econômica, ou seja, a vontade humana atuando sobre a realidade da economia e de guiando-a no sentido do progresso (HUNT, 1982, p. 165). Caracteriza-se, ademais, como otimista, por crer nas forças humanas e morais na busca desse progresso.

Impende destacar que o socialismo utópico tem três correntes principais: a associacionista, a industrialista e a corrente de trocas. A primeira defende ser a livre-concorrência a principal responsável pelos problemas econômicos e sociais, pela má produção e pela desigual repartição de riquezas.

Como um dos grandes representantes do associacionismo liberal, deve-se destacar Robert Owen, o qual buscou com grande empenho soluções para os problemas sociais e econômicos de sua época.

Dentre as relevantes contribuições do pensamento de Owen, está sua idéia de lucro:

[...] o lucro é o mais prejudicial vício da economia capitalista, uma vez que expressa a desigualdade e se integra ao preço de custo, impossibilitando o operário de adquirir o produto de seu trabalho. [...] Essa diferença acarretada pelo lucro vai decretar, inexoravelmente, o subconsumo, e este, por sua vez, as inevitáveis crises (FALCÃO, 1981, p. 112).

Percebe-se em Owen, assim, já uma antecipação do pensamento de Marx quanto à idéia de mais-valia e, ainda, das inevitáveis crises do sistema capitalista.

A corrente industrialista, também conhecida como sansionismo e encabeçada por Sait-Simon, acreditava ser a indústria um meio de união do homem de ciência, do trabalhador e do empresário (FALCÃO, 1981, p. 117), exaltando, assim, sua função social. Condenava, portanto, a propriedade privada e a exploração dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, defendia o industrial e o empreendedor capitalista, que mereciam ser recompensados por seus esforços e iniciativas.

Ademais, essa corrente tem da liberdade uma noção negativa. A finalidade do mundo não seria a liberdade, mas sim a produção de coisas úteis à vida. Assim, dava-se muita importância à eficiência e acreditava-se que a produção só poderia ser reformada através da própria produção. Para Simon, o sistema que poderia garantir o alcance da felicidade adviria da lei da evolução (o progresso) e da lei da organização necessária a esta evolução (o industrialismo).

Sintetiza Hugon (1984, p. 189) sobre o pensamento sansimonista que seu objetivo seria a organização da sociedade, de modo a alcançar uma produção máxima. E isso, através da aplicação, segundo Saint-Simon, da fórmula: "a cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas obras".

Simon defendia uma organização social em que desapareceriam as classes sociais, de modo que só restariam duas categorias de indivíduos: os trabalhadores e os ociosos. Desta feita, a igualdade industrial se basearia em cada um receber da sociedade os benefícios equivalentes a sua posição social, ou seja, proporcionalmente ao uso feito dos meios de produção, dos capitais.

Já o socialismo de trocas, conhecido ainda como *proudhonismo*, afirmava como deficiente a organização das relações econômicas sociais. Colocava a propriedade como fundamento da sociedade que, ao mesmo tempo, trazia justiça e injustiças. Seria, simultaneamente, roubo e liberdade, aparente contradição explicada por Falcão (1981, p. 118) assim:

O que se torna propriedade de um homem é retirado de um fundo comum a todos. Daí, implicar a existência de um patrimônio privado uma redução das possibilidades de apropriação desses mesmos bens por parte de todos os demais. E, quando não for possível essa apropriação, nada mais restará a quantos chegarem por último, senão o recurso de se dirigirem aos titulares desse direito, a fim de lhes tomar por empréstimo os meios de produção.

Desta feita, estabelecia-se a contradição da propriedade, manifestada como princípio de justiça na medida em que assegura a liberdade, e de injustiça, por não assegurar a igualdade, despojando o indivíduo de parte de seu trabalho, parte essa que vai constituir renda para o proprietário dos meios de produção que a recebe.

2.3.2 Socialismo Científico ou Marxista

Partindo, agora, para o estudo do socialismo científico ou marxista, tem-se como seu idealizador Karl Marx, conjuntamente com Friedrich Engels. Em seus estudos,

analisaram a estrutura econômica da sociedade capitalista, a qual definem como baseada em um "sistema de trocas" não equivalentes.

Inicialmente, pode-se apontar três dimensões dessa espécie de socialismo: a sociológica, a econômica e a filosófica (FALCÃO, 1981, p. 120).

A concepção sociológica do marxismo junta-se às críticas feitas ao capitalismo pelos socialistas anteriores, mas repele o caráter sentimental e idealista destas utopias, preferindo pensar que não é a razão e a vontade, mas a racionalidade das coisas que cria a sua realidade. Assim, Marx volta à idéia de uma ordem natural espontânea, a qual seria uma etapa da ordem a que se chegaria por meio de uma evolução fatal, através do conhecimento da História e pelo uso da dedução (HUGON, 1984, p. 211).

No entender de Marx, e também no de Engels, a infra-estrutura econômica da sociedade, ou seja, a maneira de produzir determina a superestrutura jurídica, moral, religiosa, artística etc. Assim, o materialismo histórico supõe o estudo dos fatos passados, mas também é previsão (FALCÃO, 1981, p. 121).

Ou seja, dever-se-ia buscar nos fatos pretéritos a origem da evolução, que se manifesta através do antagonismo das classes, por que a História comprova que a produção provocou sempre a divisão da sociedade entre os grupos dos proprietários dos meios de produção e dos fornecedores da força de trabalho. Assim, Marx define o materialismo histórico como o meio de interpretação dos acontecimentos passados, e, também, como um auxílio à previsão e à dedução.

Desta feita, argumentando a respeito dessa evolução, Marx defende a luta de classes, tendo em vista a exploração sofrida pelo proletariado, e sustenta, ainda, a vitória certa dos obreiros, tendo em vista a ocorrência inevitável da passagem do regime de propriedade privada para o de propriedade coletiva.

Passando, agora, à análise do marxismo econômico, tem-se que Marx desenvolveu a tese da exploração segundo dois aspectos: um econômico, que defende que o labor constitui o valor dos produtos; e um social, que preconiza que o valor da produção deve pertencer ao operário, já que esse fornece a força de trabalho (HUGON, 1984, p. 213).

Na tese da exploração, esse pensador desenvolve a idéia do valor-trabalho, de acordo com a qual há uma relação de causalidade direta entre o trabalho e o valor, de modo que este será determinado pela quantidade de horas utilizadas na produção da mercadoria, além de se levar em conta a qualidade do labor empregado (FALCÃO, 1981, p. 122). Desta feita, sendo todo o valor determinado pelo trabalho, todo o valor deve ir para o obreiro. Como isso não ocorre, configura-se a exploração do trabalhador no sistema capitalista.

Quanto ao aspecto social dessa tese, o teórico desenvolveu a teoria da mais-valia, a qual se manifesta na diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador. A mais-valia seria gerada segundo o seguinte processo:

[...] o valor do trabalho do operário é fixado por aquilo que deve consumir para conservar sua energia. Este o preço pago pelo empreendedor pela utilização da mão-de-obra. Mas a mão-de-obra apresenta, relativamente às outras mercadorias, uma propriedade particular: em dado momento, produz mais do que consome. O empreendedor entrega, pois, ao operário, determinada soma, em pagamento do que consome, a qual represente aquilo a que este tem direito. Todavia, vende o produzido pelos operários – de maior importância que o consumo destes –, guardando para si a diferença. Essa diferença constitui a mais-valia (HUGON, 1984, p. 216).

Assim, o salário pago ao trabalhador transparece uma operação complexa e injusta: a força de trabalho, paga pelo seu valor, em troca do valor criado por ela. Daí, gera-se o lucro do empregador, manifestado pela diferença entre o pagamento do obreiro e o valor do produto, constituindo-se a mais-valia adquirida pelo capital no curso do processo produtivo.

Em relação à dimensão filosófica do socialismo, Marx desenvolveu a tese da evolução, a qual preconiza que o capitalismo, no passado, constituía uma força econômica necessária. No presente, porém, não estaria mais preenchendo suas funções econômicas e sociais, o que explicaria o fato de haver crises periódicas nesse sistema. Assim, no futuro, o teórico assevera que o desaparecimento do capitalismo é certo, tendo em vista ter em si os fatos geradores de sua própria destruição sob a forma

de fenômenos de concentração e de proletarização crescentes, somados, ainda, à superprodução e ao subconsumo.

Para Marx, como o Capitalismo constitui-se em um sistema de trocas não-equivalentes, manifesta-se em seu seio forças de desequilíbrio. Essas geram crises constantes, manifestadas através de ciclos de fase de super produção, seguida de fase de queda de vendas, desemprego, queima de estoque etc, para restabelecer o equilíbrio da produção com o consumo. Isso seria seguido por novo ânimo econômico, até recomeçar esse ciclo problemático, o que denota que o capitalismo resolve-se por meio de crises constantes.

2.3.3 Socialismo Pós-marxista

Analisando, agora, a última espécie de Socialismo, a pós-marxista, tem-se que a mesma foi completamente influenciada pelo pensamento marxista e se manifesta sob duas formas: a reformista e a revolucionária.

O socialismo reformista ou moderado, criado por Engels, tem como principais aspectos a crítica do pensamento marxista e a construção de um programa de reformas imediatas e progressistas. Essa corrente abandonou teses como a do valor-trabalho; atacou as idéias da concentração, da proletarização crescentes e das crises inevitáveis e chegou até a duvidar da cientificidade marxista quanto à utilização de dados estatísticos (FALCÃO, 1981, p. 129).

O socialismo revolucionário ou extremista divide-se em duas correntes: o sindicalismo revolucionário e o bolchevismo. A primeira, influenciada por diversas doutrinas, fazia mesmo uma apologia da violência, ao estimular que todos os meios deveriam ser empregados no combate ao capitalismo, como o boicote, a sabotagem, a greve parcial e a geral. Daí, punha-se contra, inclusive, o regime democrático, porque o mesmo tenderia a tentar apaziguar as lutas de classes, reduzindo a belicosidade da classe obreira.

Já o bolchevismo constitui-se na recente união do coletivismo marxista com o anarquismo. No primeiro aspecto, o bolchevismo adota a ditadura do proletariado. Segundo essa concepção, o Estado capitalista consistia no domínio da minoria sobre a maioria. O Estado bolchevista, ao contrário, importaria na ditadura da maioria sobre a minoria, objetivando a preparação de uma nova sociedade, baseada no comunismo integral.

Falcão (1984, p. 129) atenta, ainda, para o chamado socialismo cristão, que não passaria de “um catolicismo com preocupações sociais”.

2.4 Reações não socialistas à doutrina liberalista

Uma das conquistas do liberalismo clássico foi o Estado Moderno não intervencionista, ou seja, o livre mercado direcionando e regulando a economia. Por outro lado, várias consequências negativas, tanto no âmbito econômico como no social, foram ocasionadas pelo sistema capitalista. Daí, vários movimentos de crítica à doutrina liberal surgiram, levando à reformulação de alguns de seus princípios.

2.4.1 Intervencionismo

O intervencionismo constituiu-se em um movimento que criticava o excesso de liberdade da doutrina liberalista, mas que, não almejando sacrificar de todo o princípio de liberdade, defendia a manutenção do direito de propriedade privada (HUGON, 1984, p. 267).

Falcão (1981, p. 170) refere-se ao intervencionismo como uma forma de correção ao liberalismo e ao socialismo, mas, ao mesmo tempo, seria fruto tanto de um como de outro, por ser modo de reação a eles. Em crítica ao liberalismo, apregoa o citado autor:

Com efeito, o liberalismo cuidou muito em resguardar a liberdade de iniciativa e de competição. Esqueceu, no entanto, de preservar as condições de competição entre os indivíduos. Só tal falha basta para mostrar como era intimamente contraditória, às vezes, a formulação liberalista. Queria a igualdade e a liberdade, mas se descuidava de pôr nas mãos do Estado os instrumentos para isso. Para competir, é preciso poder competir. E poder competir em caráter mais ou menos duradouro, firme; não somente de maneira ilusória (FALCÃO, 1981, p. 168).

Os questionamentos crescentes ao Estado liberal findaram por forçar o surgimento de uma maior intervenção econômica, no intuito de salvar o mercado. Como formas de intervenção, pode-se apontar dois grupos principais: as feitas no plano social, como reação à escola clássica e seu liberalismo em particular; e as empreendidas no plano nacional, como reação não só ao liberalismo, mas contra o cosmopolitismo das idéias clássicas (HUGON, 1984, p. 267).

Como principal teórico do primeiro grupo, defendendo o intervencionismo social por parte do Estado, deve-se citar Simonde de Sismondi, que criticou severamente a escola clássica, cuja principal preocupação girava em torno dos problemas da produção e da busca de riqueza. Assim, esse teórico contrapôs a posição liberal à idéia de uma economia política que objetivasse a busca da felicidade, enfatizando a importância das questões sociais.

No plano econômico, afirmava como causadora da miséria proletária e da superprodução industrial a grande indústria, porquanto a livre concorrência aumenta a concentração capitalista, ao passo que acirra o conflito entre ricos proprietários e pobres assalariados. Na verdade, esse pensador defendia a correção das falhas do liberalismo, mas sem a abolição da liberdade e da propriedade privada. É o que demonstra Hugon (1984, p. 273), ao relatar a defesa empreendida por Sismondi em relação a esse último instituto:

Sismondi preconiza a extensão do direito de propriedade a todos os casos em que este direito se associa ao trabalho do proprietário. Recomenda, assim, a intervenção do Estado em favor da pequena propriedade agrícola – sob a forma patriarcal -, bem como do pequeno comércio e da indústria artesanal.

Ademais, deveria haver ingerência estatal na organização econômica, com vistas a evitar a superprodução, e, ainda, na organização social, para reduzir a miséria do proletariado.

Quanto ao segundo grupo, defensor do intervencionismo nacional e surgido em meados do século XIX, tem-se que criticava não apenas o liberalismo da escola clássica, mas, também, seu cosmopolismo (HUNT; 1982, p. 338). Foi Frederico List que desenvolveu essa doutrina, a qual se baseava na idéia de nação como intermediária entre o indivíduo e o gênero humano. Ademais, esse grupo posicionava-se contra a idéia clássica de harmonia de interesses (contrária à natureza das coisas) e contra a estática clássica (contrária à História).

List contrapôs-se, ainda, à noção de “valor de troca” de e “forças produtivas” correspondentes à idéia de riquezas, respectivamente, em economia cosmopolita e em economia nacional. Defendeu que, para aferir a riqueza nacional, deve-se utilizar o conceito de “valor de uso” em vez de “valor de troca”.

[...] O “valor de troca”, expressão de uma riqueza atual, é sem dúvida a mola propulsora da produção a que se entregam os indivíduos, visando a objetivo imediato. Ora, a nação subsiste à transitoriedade dos indivíduos que a compõem. Deve, pois, enxergar “mais longe” que cada um deles, cuidando, não apenas da obtenção da riqueza em si e por si, mas, sobretudo, da sua criação, em função das futuras possibilidades de expansão. Ou melhor: a nação não deve apenas preocupar-se com o enriquecer, mas sim, também, com o viver e progredir. Não deve, por conseguinte, apegar-se tão somente à idéia de riqueza em si, mas, sim, e, sobretudo, procurar desenvolver a *capacidade de criar riqueza* (HUGON, 1984, p. 348).

Desta feita, o objetivo da economia nacional deve ser o desenvolvimento pleno das forças produtivas do país, as quais seriam: o conjunto de leis do Estado; seu poder político; a manutenção da segurança nacional e da ordem pública; o conjunto das instituições públicas, das forças morais, religiosas e intelectuais e a cooperação harmoniosa entre a indústria, a agricultura e o comércio.

2.4.2 Keynesianismo

O movimento keynesianista posicionou-se contra a teoria clássica, a qual chamou de teoria particular (HUGON, 1984, p. 406), já que essa apoiava-se na hipótese do pleno emprego, a qual nem sempre se confirma; excluía a moeda de seus raciocínios e apresentava o problema econômico em termos individuais e fragmentários.

Uma importante contribuição de Keynes foi a revisão da teoria dos preços, a qual, segundo os clássicos, estava fundamentada na idéia de uma sociedade em que todos os trabalhadores encontram trabalho, excluindo a questão do desemprego. Assim, esse teórico apregoava que se deveria rever a dita teoria de acordo com a realidade econômica, na qual o pleno emprego não se realiza na maioria das vezes. Conviria, portanto, elaborar uma teoria que levasse em conta o equilíbrio econômico com e sem o pleno emprego.

Ademais, a crítica keynesiana dirigia-se contra o fato de os clássicos deixarem a moeda fora de seu raciocínio quanto aos problemas econômicos. Para os liberalistas, as mercadorias e os serviços seriam trocados *in natura*, e, assim, a moeda seria somente um intermediário, um instrumento neutro e sem importância para o equilíbrio econômico e para a formação dos preços (FALCÃO, 1981, p. 407).

Assim, chamando a atenção para a importância do fenômeno monetário, Keynes afirmou o caráter de instrumento ativo da moeda, a qual caberia um papel fundamental no equilíbrio da economia, o qual dependeria, também, das condições de pleno emprego ou de subemprego dos trabalhadores.

Por fim, o keynesianismo acusou a teoria clássica de pensar os fenômenos econômicos, tomando como fundamento comportamentos individuais dentro de uma economia limitada. Para Keynes, dever-se-ia elaborar uma teoria do funcionamento do sistema econômico em seu conjunto.

Trata-se, para Keynes, de combater e ultrapassar este ponto de vista microeconômico para considerar o problema em termos mais gerais de "rendimentos globais", "procura global", "emprego global", ou seja, raciocinar com base em dados de conjunto. É evidente que não se deve omitir o exame dos fenômenos particulares. Contudo, estes devem ser considerados apenas como meio de compreender o mecanismo e a evolução das "qualidades globais" (HUGON, 1984, p. 408).

Ademais, Keynes criticou os clássicos por julgaram que a oferta o agente motor das atividades e mecanismos do sistema econômico. Para esse teórico, caberia à procura o papel de agente motor da economia, porquanto o emprego variaria no mesmo sentido do rendimento global, o qual gera a procura global.

Nesse sentido, Falcão (1981, p. 138) assinala que, segundo Keynes, seria o fim do *laissez-faire*, já que deveria haver uma intervenção estatal no sentido de fomentar a demanda, havendo mais gastos do Estado em obras públicas.

Impende frisar, ainda, que os mecanismos auto-reguladores preconizados pelos clássicos foram questionados por Keynes, tendo em vista poderem falhar. Daí, a ingerência estatal tornar-se-ia necessária, devendo o Estado atuar permanentemente no sentido de controlar a moeda e o crédito; de aplicar uma política tributária e de seguro social com finalidades econômicas, no intuito de aumentar o consumo; e de realizar a política de grandes obras públicas (HUGON, 1984, p. 411-412).

2.5 Neoliberalismo

A doutrina neoliberal, surgida em 1938, colocou-se numa posição crítica quanto às doutrinas que atacaram a teoria clássica. Assim, levando em consideração o mecanismo dos preços, partiu da análise dos resultados das experiências de aplicação da intervenção estatal, e defendeu ser impossível uma planificação integral da economia (HUGON, 1984, p. 152).

Assim, o que vai surgir com o neoliberalismo é o desejo de que haja a ingerência estatal na economia, mas em defesa do livre funcionamento dos preços.

O Estado deixaria de ser absenteísta, para ser libertador, ostentando, ademais, um caráter quase beneficente, já que incumbir-lhe-ia socorrer as vítimas inevitáveis da ordem econômica. Não cogitam os seguidores do neoliberalismo de um planejamento global aplicado, porquanto as muitas variações desviar-lhe-iam os efeitos procurados, inclusive por causa das influências de cunho psicológico (FALCÃO, 1981, p. 108).

O neoliberalismo defende ser negativa a planificação econômica. Deveria haver, assim, ingerência estatal no sentido de evitar qualquer óbice ao livre funcionamento dos preços.

O Estado deve lutar contra os agrupamentos de produtores, cartéis ou trustes nacionais ou internacionais. Esta função, atribuída ao Estado, é fundamental na doutrina neoliberal. Os neoliberais verificam, com efeito, ser a Economia contemporânea completamente diferente daquela do século XIX, devido à circunstância de que, em geral, não revestir a forma individualista, mas, sim, associacionista. De fato, são as grandes unidades de produção que atualmente predominam na economia, com acentuada tendência à formação de monopólios, em virtude do fenômeno da concentração (HUGON, 1984, p. 152-153).

Ademais, ao Estado caberia reformar as instituições que, em dado momento de sua evolução, poderiam constituir-se em obstáculos à liberdade. Também, teria que interferir nas condições internas de mercado, transformando-se em agente econômico ativo.

Deveria, ainda, atuar em certos setores de economia social, no intuito de minimizar as injustiças da ordem econômica, ajudando os prejudicados, as vítimas do sistema econômico.

Assim, finaliza Hugon (1984, p. 153) acerca dessa doutrina:

[...] doutrina que atualmente toma grande impulso tanto na teoria como na prática. Tem a seu favor a força sempre viva da tradição liberal, mas também tira partido dos excessos de regulamentação impostos pelas guerras, bem como das enormes dificuldades com que se deparam as diversas experiências de planificação econômica.

3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CRESCIMENTO DO MERCADO INFORMAL E SURGIMENTO DE CATEGORIAS DE OBREIROS COMO OS CATADORES DE RECICLÁVEIS

3.1 Trabalho Precário no atual molde do Sistema Capitalista

Tendo em vista a ameaça representada pelo Socialismo, o modelo capitalista de produção teve de buscar uma tática de sobrevivência perante as revoltas de trabalhadores, principalmente, depois do sucesso da revolução proletária na Rússia em 1917. Assim, foram criadas leis de cunho social que representaram uma conquista por parte da classe obreira, mas, que por outro lado, visavam impedi-la de tomar o poder e, também, garantir a continuidade do capitalismo (MATTOS, 2003, p. 2).

O antagonismo existente entre a classe proletária e o capitalismo, primordialmente, tendo em vista a opção representada pelo Socialismo - sistema econômico, social e político alternativo -, levou o Estado capitalista a modificar sua concepção liberal de autonomia contratual para uma concepção coletivista, através de ações intervencionistas que mantivessem o equilíbrio entre as classes e que assegurassem a igualdade. Daí, o surgimento de algumas conquistas dos trabalhadores:

Na justa relação em que o Estado aumentava sua força e conseqüentemente os limites de suas atividades, as liberdades individuais foram restringidas através das primeiras leis de proteção ao trabalho que, mais tarde, deram origem ao Direito do Trabalho (MATTOS, 2003, p. 2).

Após o fim da segunda guerra mundial, a ingerência Estatal intensificou-se, caracterizando uma nova etapa do capitalismo em que se buscava atenuar os efeitos maléficos do próprio sistema, por meio da instituição de um sistema sócio-econômico-político de social-democracia. Era o chamado "Estado do Bem-Estar Social". Daí, seguiu-se um período de crescimento do capitalismo moderno, resultado do

imperialismo monopolista dos grandes grupos econômicos, e sob a orientação de multinacionalizar o capital, o que concentrou o poder econômico dos países mais ricos em detrimento dos mais pobres.

No entanto, essa prosperidade foi abalada:

A partir da década de 70, com a desvalorização do dólar pelos persistentes déficits na balança de pagamento norte-americana, agravada pelos gastos da fracassada investida no Vietnã, a crise mundial do petróleo, o acirramento da concorrência internacional, as estruturas do capitalismo monopolista começaram a ruir (MATTOS, 2003, p. 3).

Com a crise engendrada no sistema capitalista, gerou-se uma profunda recessão, motivada por baixas taxas de crescimento combinadas com elevada inflação. Assim, o ideário neoliberalista ganhou espaço, tendo em vista que seus teóricos há muito se punham contra o "Estado de Bem-Estar Social" (ANDERSON, 1995, p. 2). Segundo os neoliberalistas, as raízes desse colapso estariam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista através de suas reivindicações por salários e de sua pressão parasitária no sentido de que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Houve, então, a necessidade de um Estado mais forte, mas não interventor na economia e que fosse capaz de cercear o poder dos sindicatos, além de diminuir os gastos sociais. Segundo os neoliberalistas:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p. 2-3).

Por fim, na década de 1980 e 1990, ocorreu a derrota da social-democracia, já que:

[...] a elevada carga tributária exigida dos atores sociais (agentes econômicos e trabalhadores) para manter os custos sociais, principalmente dos países menos desenvolvidos, provocou uma redução dos investimentos destinados à expansão e modernização das empresas impelidas a concorrer internacionalmente, alargando ainda mais o fosso entre os países ricos e pobres (MATTOS, 2003, p. 3).

Desta feita, intentou-se preservar o capitalismo, através da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, com iniciativas que prejudicaram uma vez mais os trabalhadores ao destituí-los de seus direitos, e, ainda, ao excluí-los do mercado formal trabalhista, obrigando-os a sobreviver do trabalho precário, marcado pela informalidade (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 7).

Ademais, o desenvolvimento tecnológico diminuiu a importância da matéria-prima, que poderia ser criada e recriada facilmente pelas novas tecnologias, além de promover a depreciação da mão-de-obra, já que era passível de substituição pelas máquinas (MATTOS, 2003, p. 4). Isso reduziu o número de postos de trabalho nas indústrias, além de expropriar o saber do operário, tendo em vista suas atividades passar a ser executadas por máquinas inteligentes (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 8).

Surgiu, assim, um contexto de elevado desemprego e precarização das relações laborais, acarretando-se uma exploração do trabalho humano com acentuado caráter predatório. A força de trabalho ganhou conotação de mercadoria a ser negociada em

troca de meios para a satisfação das necessidades mais básicas. Daí, o surgimento de alternativas como a informalidade, perante o processo excludente capitalista:

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho, restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e à informalidade (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 6).

A atual conjuntura do mercado de trabalho configura-se, portanto, desoladora, tendo em vista a irrisória demanda de mão-de-obra. A crise no mundo trabalhista não se restringe a um só setor ou a categorias profissionais específicas (FORRESTER, 1997, *apud* MEIRELES, 2009, p. 30). O desemprego, hoje, é resultado da falta de necessidade de trabalhadores, o que gera um excedente de mão de obra refugada, excluída do sistema. Desta feita, as lutas da classe obreira restam desencorajadas, com conseqüente neutralização diante da falta de perspectivas de conseguir labor.

É o que confirma Meireles (2009, p. 31), ao afirmar que:

A preocupação repousa então sobre a dificuldade mesma de encontrar um trabalho a que se possa submeter e se permitir ser explorado. A angústia dos novos excluídos é não ter mais nem o direito de ser explorado.

O trabalho dito precário surge, portanto, como alternativa à falta de possibilidades de inserção no mercado formal, porque, perante o desemprego, urge encontrar meios de sobrevivência. Essa espécie de labor pode ser definida nos seguintes termos:

[...] aquele que tem pouca ou nenhuma estabilidade, não cumprindo a contento o propósito do trabalho, que é fornecer ao homem condições dignas de sustento próprio e da sua família e garantir a sua cidadania (MATTOS, 2003, p. 6).

Ademais, pode-se concluir que o trabalho:

[...] é elemento integrante da vida das pessoas, seja ou não na sua forma assalariada, pois se vive em uma sociedade em que é o trabalho que possibilita a construção de uma identidade, não só profissional como também pessoal, além de ser meio de reconhecimento e de valorização social. O trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana, ele não é apenas meio de vida, ele forma a identidade da pessoa e a sua profissão caracteriza o seu modo de vida (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 63).

O trabalho, portanto, tem um sentido, um valor social que vai além de garantir o sustento, configurando-se como meio de inserção social, estando ligado, portanto, à própria dignidade e auto-estima do obreiro.

Esses propósitos, portanto, não são atingidos plenamente pelas formas de trabalho precárias. Mas obter labor a qualquer custo justifica-se, mesmo que o preço a pagar seja a perda de direitos (MEIRELES, 2009, p. 31), porque é preferível ser destituído de direitos trabalhistas a ser excluído do mundo do trabalho. Desta feita, grande parcela da população obreira vê-se diante do dilema de não ter ocupação ou exercer uma atividade precária. Visando, assim, garantir sua subsistência, escolhem a segunda opção.

Pode-se, portanto, concluir pela existência de uma atual crise do trabalho assalariado nos moldes do sistema capitalista, manifestada pelo aumento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, além da exclusão de obreiros do mercado formal de trabalho e do convívio social (MEDEIROS & MACEDO, 2006, 64).

3.2 Catadores de material reciclável como nova categoria profissional

É através desse processo que surgem obreiros como os catadores de recicláveis, categoria profissional que, devido à necessidade veemente de labor, sobrevive à margem das garantias que o mundo do trabalho formal tem a oferecer.

Izaias (2008, p. 3) apregoa que a existência de catadores em nosso país remonta ao século XIX, período no qual eram conhecidos como “trapeiros”. No século XX, houve uma restrição ao seu trabalho por meio do estatuto do lixo criado em São Paulo, que venceu a indústria dos trapos em nome da saúde pública e da higiene. No entanto, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) tem registros da atividade desses profissionais nos lixões em várias capitais brasileiras a desde 1950. Segundo a autora:

Alguns se dedicavam à coleta de materiais específicos, ficando gravadas na memória das cidades as figuras dos “garrafeiros” e dos “paneiros”, catadores que recebiam panelas e utensílios de cozinha em estado de não uso (IZAIAS, 2008, p. 3).

Entre as décadas de 40 e de 80, houve um acentuado crescimento populacional urbano no Brasil, trazendo certas problemáticas como a produção demasiada de lixo. Acompanhando esse crescimento, no ínterim de 1970 a 1990, o quantitativo de catadores aumentou consideravelmente.

Em 1999, estimava-se que 300.000 (trezentas mil) pessoas sobreviviam da catação do lixo no Brasil. Em 2005, esse número saltou para um milhão de pessoas (IZAIAS, 2008, p. 1).

Já na década de 80, os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 65).

Em meados de 90, com o apoio de instituições não governamentais, foi organizado um movimento em prol do reconhecimento de sua atividade como profissão,

por meio de encontros e de reuniões em várias partes do país. Por fim, em 2001, surgiu o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) durante o “1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha da População de Rua” (MAGERA, 2003 *apud* MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 65).

O MNCR reúne, aproximadamente, 300.000 (trezentos mil) catadores dos cerca de 600.000 (seiscentos mil) existentes no território nacional (SILVA, 2007 *apud* COSTA, 2008, p. 38). Ademais, esse movimento constituiu parcerias com outros países latino americanos, e com instituições como a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores da Argentina, além de parcerias nacionais com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipais.

Assim, em virtude do aumento e da luta por reconhecimento desses obreiros, o Ministério do Trabalho, em 2002, numa reavaliação da Classificação Brasileira de Ocupações, reconheceu a atividade dos catadores como “nova profissão”, designando-a como “catador de material reciclável”, registrando-a sob o número 5192-05 e descrevendo-a nos seguintes termos: profissionais que “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”. Mas percebe-se que esse reconhecimento oficial é questionável:

[...] uma análise menos superficial das condições de vida e da atividade dos catadores nos suscita questionamentos em relação a esta oficialização. Descortina uma realidade desumana, em que esta categoria, bem longe de ser tratada como profissional sobrevive sem direitos trabalhistas e sem proteção social. Sua ocupação se inscreve mais precisamente no campo das estratégias de sobrevivência, da informalidade, do subemprego e do trabalho precarizado (IZAIAS, 2008, p. 2).

Outro importante passo do Governo Federal foi a criação de um comitê, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Recicláveis, cujo objetivo seria efetivar a inclusão social dos catadores de recicláveis, implantando projetos que buscassem garantir condições de vida digna e de trabalho aos catadores, além de

apoiar a gestão e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos nos municípios brasileiros. No entanto, em relação a essa iniciativa,

[...] observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico (MEDEIROS E MACEDO, 2006, p. 66).

Atentando-se, ainda, para a terminologia adotada para nomear essa categoria profissional, “catador de material reciclável”, pode-se entender que seu uso, bem como outras designações, tais quais agentes ambientais e recicladores, são eufemismos que mascaram a precariedade, a subumanidade e a exploração desses trabalhadores (IZAIAS, 2008, p. 2).

Partindo-se, agora, para a discussão acerca do trabalho como fator de inclusão ou de exclusão social, Medeiros e Macedo (2006, p. 64) atentam para o fato de que alguns autores tomam o desemprego como fator determinante da exclusão. No entanto, em relação a indivíduos que exercem um labor sem terem emprego efetivo, como enquadrá-los dentro das perspectivas de inclusão/exclusão social? As autoras assim explicam seu ponto de vista:

A adoção exclusiva desse ponto de partida levaria ao ofuscamento de *artimanhas da exclusão social*. Isso porque, por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. Sendo assim pode-se concluir que não há exclusão antes de uma inclusão.

As citadas autoras concluem, assim, que a inclusão dos catadores tem um caráter perverso, já que os mesmos possuem um labor, fato que poderia representar inclusão social. No entanto, sendo seu trabalho exercido em condições extremas de precariedade, conclui-se pela exclusão desses obreiros, figuras repudiadas pela sociedade em virtude de seu ofício.

O problema atualmente, portanto, não é reconhecer o catador de reciclável como um profissional, mas sim em reconhecer-lhes o direito “às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência” (MIURA, 2004 *apud* MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 66).

[...] o que se observa é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme estudos nessa pesquisa, o trabalhador catador é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho, quanto na remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 66).

3.3 A Indústria de Reciclagem e os Catadores de Recicláveis

A atividade de catação cresceu muito nos últimos anos, motivada pelo desemprego e pela possibilidade de “transformar aquilo que a sociedade despreza em matéria-prima para o trabalho e, conseqüentemente, em dinheiro” por meio da reciclagem (ZACARIAS & BAVARESCO, 2009, p. 295).

É o que confirma Meireles (2009, p. 39-40), ao apontar que, além da dificuldade de inserção no mundo trabalhista, outros fatores contribuíram para o nascimento da atividade de catação, como o substrato ideológico advindo da preocupação com a degradação do meio ambiente. Ademais, tem-se aqui a contribuição de uma crescente indústria de reciclagem, que se vale dos discursos ambientalistas para incrementar suas atividades.

A atividade do catador é a primeira etapa da cadeia produtiva e lucrativa da reciclagem:

O mercado da reciclagem movimenta um grande volume de capital. Só o mercado brasileiro de sucata de alumínio movimentou, em 2005, R\$ 496 milhões, conforme dados da ABAL. A mesma pesquisa indica um índice de 96,2% (representando 127,6 mil toneladas de alumínio) de reciclagem desse material, no mesmo ano, com a geração direta ou indireta de 160 mil postos de trabalho. Por sua vez, a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) estima uma taxa de recuperação de 46,9% (3.438 mil toneladas) de papel, de todos os tipos, consumido em 2005. Já a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), registra uma taxa de reciclagem de 45% em 2005, movimentado 3 mil trabalhadores diretos e indiretos e operando numa margem de lucro de R\$ 65 milhões (MEIRELES, 2009, p. 51-52).

O Brasil é, atualmente, um dos maiores recicladores do mundo, ficando à frente de países ricos como o Japão e os Estados Unidos (MEIRELES, 2009, p. 52). Isso demonstra que o mercado de reciclagem pode, a princípio, ser desvalorizado, como uma atividade de reaproveitamento do que ninguém mais quer. No entanto, é crescente a movimentação de capitais em torno da reciclagem, o que denota a valorização do lixo como fonte de lucros.

Zacarias e Bavaresco (2009, p. 296) confirmam que empresas do campo industrial tem percebido nos resíduos sólidos uma oportunidade de aumento de seus ganhos. O que outrora era visto apenas como lixo, pode, agora, passar por um processo de transformação, ganhando, assim, um agregamento de valor que lhe possibilita retornar ao mercado para ser reutilizado. É de 3 bilhões (três bilhões) por ano o valor movimentado, atualmente, na atividade da reciclagem de produtos pós-consumo, considerando somente os cinco grandes grupos de materiais recicláveis (JUNCÁ, 2004 *apud* ZACARIAS E BAVARESCO, 2009, p. 296).

Dentro desse processo, porém, o catador de reciclável recebe uma parcela ínfima da renda aí auferida.

Denomina-se os catadores como *self-employed proletarians*, porquanto esses obreiros se auto-empregam (BIRKBECK, 1978 *apud* BERENGUEL, 2008, p. 46). No entanto, isso é uma ilusão: esses trabalhadores se auto-empregam sim, mas, na realidade, vendem sua força de trabalho à indústria de reciclagem sem garantirem seu acesso à seguridade social do mundo trabalhista.

É o que confirma Martins (2007, p. 69), citando o que afirmou Birkbeck (1978) sobre os catadores: “são de fato, embora não se reconhecendo nem sendo reconhecidos como tais, empregados desse grupo de indústrias que utilizam materiais reciclados como matéria-prima”.

Acerca da relação entre o trabalho dos catadores e a atividade na indústria, pode-se dizer que:

A especificidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as seqüelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto da produção mercantil, estruturando o seu processo produtivo através da adoção de novas tecnologias, do uso de materiais recicláveis e da organização de uma determinada forma de cooperação entre o trabalho que começa na rua e continua na fábrica (MOTA, 2002 *apud* MARTINS, 2007, p. 66).

Na verdade, é uma forma de cooperação, cujos resultados positivos não chegam de forma igualitária a todos os componentes dessa relação.

É possível perceber um crescimento, a partir da década de 60, de diversas associações de indústrias de reciclagem no Brasil, dentre elas: a ABRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel), nova denominação dada em 1997 para a antiga associação fundada em 1932; a ABIVIDRO (Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro), fundada em 1962; a ABAL (Associação Brasileira do Alumínio) fundada em 1970; a ABIPET (Associação Brasileira da Indústria do PET) fundada em 1995 e a ABRALATAS (Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade) fundada em 2003 (MARTINS, 2007).

Percebe-se, portanto, uma paulatina organização e fortalecimento dessas indústrias. Quanto aos seus objetivos, tem-se como exemplo:

A ABAL estabelece que a associação tem como objetivo, dentre outros: "Solidarizar os interesses econômicos da indústria do alumínio e representar esses interesses junto a órgãos governamentais, entidades científicas, associações de classe e outras entidades, seja no âmbito nacional ou internacional." A ABRALATAS, estabelece, dentre outros objetivos, o de: "defender os interesses da indústria, atuando para redução dos custos estruturais sobre a cadeia produtiva de latas de alumínio, facilitando o acesso da população as vantagens desse produto" (MARTINS, 2007, p. 67).

Ou seja, essas empresas demonstram preocupação consigo mesmas, ao visarem à diminuição dos custos de produção e à formação de grupos representativos de seus interesses. Da análise de seus objetivos, não se apreende qualquer referência ao trabalho do catador de reciclável. Assim, percebe-se o quão forte é o setor da reciclagem atualmente em nossa economia, sem que isso beneficie os trabalhadores que estão na base desse processo produtivo.

3.4 Condições de trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis

Passemos, nesse ponto, a descortinar o dia-a-dia desses profissionais.

A atividade dos catadores é exaustiva e, em geral, realizada de modo precário. Os mesmos catam e separam do lixo o material passível de reciclagem, em uma quantidade suficiente para a venda (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 66).

Quanto aos locais de catação, há catadores de recicláveis que trabalham em lixões e em aterros sanitários. Há, também, os que atuam em centros urbanos, ruas, empresas, comércio, escolas, igrejas, etc. Quanto à forma de organização, há os que optam por trabalhar sozinhos, sem nenhum tipo de apoio ou de parceria, e, ainda, os que laboram junto à associações e à cooperativas.

Em relação às condições de labor desses obreiros,

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (MAGERA, 2003 *apud* MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 65).

É uma rotina desgastante, além de sua maior problemática ser o contato direto como lixo. Isso expõe os catadores a diversos riscos ambientais e ocupacionais, porque rasgam os sacos com as mãos, sem uso de luvas ou de máscaras, o que lhes traz danos à saúde (SANTOS, 2008, p. 36).

Ao relatar os perigos a que esses trabalhadores se submetem diariamente, Santos (2009, p. 17) assevera que os catadores trabalham num cotidiano insalubre, expondo-se a riscos diversos, como os químicos, decorrentes do manejo com “pilhas e baterias estouradas, óleos e graxas, pesticidas/herbicidas, solventes tintas, produtos de limpeza, cosméticos, remédios e aerossóis”. Há, ainda, os riscos biológicos, advindos do contato com “microorganismos patogênicos que residem nos lenços de papel, curativos, fraldas descartáveis, papel higiênico, absorventes”.

Como perigo advindo desse trabalho, pode-se inferir que esses obreiros servem ainda como vetores para a propagação de doenças advindas da manipulação dos resíduos, uma vez que podem transmiti-las para as pessoas com quem têm contato (FERREIRA & ANJOS, 2001, p. 691).

Em relação a danos de outra natureza, Santos (2008, p. 36) através de pesquisa junto a catadores em uma usina de triagem, afirma que, além dos supracitados riscos biológicos e químicos, há os físicos (decorrentes dos ruídos a que estão expostos no trabalho junto às esteiras nas quais separam o lixo, podendo acarretar perda parcial ou total da audição), os mecânicos (pelo manuseio dos equipamentos) e os ergonômicos (advindos da postura desconfortável no momento de suspender os resíduos).

Já em relação aos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, apreende-se que os riscos ocupacionais são agravados entre os catadores pelo não uso dos

mesmos (ALVES, 2010, 23). No entanto, é possível constatar que, mesmo com a utilização dos EPI's, ocorrem acidentes, devido à própria dificuldade de manipulação do lixo. É o que relatam Medeiros e Macedo (2006, p. 69), ao transcreverem a seguinte fala de um catador:

Mesmo com a luva, às vezes vem caco de vidro né, outra hora vem agulha, vem uma coisa, aí você pega assim apressada, aí corta a luva, às vezes corta a mão, mas a gente trata na hora (S2).

Ainda em relação aos danos advindos da atividade exercida por esses obreiros, é interessante notar que a idéia de saúde para eles liga-se à possibilidade de ir trabalhar. Medeiros e Macedo (2006, p. 68) atentam para o fato de que os catadores entrevistados em sua pesquisa fizeram pouca menção a doenças relacionadas ao lixo ou a acidentes de trabalho associados à catação. "Os participantes não consideravam cortes, perfurações e escoriações como acidentes de trabalho. Percebeu-se que, para eles, acidentes de trabalho eram aqueles que geravam situações críticas que impediam de ir ao trabalho".

Dentre as dificuldades relacionadas à atividade de catação, encontram-se os perigos enfrentados pelos catadores no trânsito movimentado (MEIRELES, 2009, p. 107). Ao entrevistar catadores de Fortaleza-CE, o referido autor transcreve os seguintes depoimentos:

As avenidas, né, macho. As avenidas que tá arriscado... já muitos carroceiro foram mortos. Os carros já matou, como aqui desse depósito mesmo. Os carros atropelam. Muito arriscado, os ônibus... tem muito motorista que não respeitam não. (Antônio, entrevista realizada em 19/11/08)

[...]

O risco, o perigo, né? É um carro; um carro bater na gente como já ouve. Porque a gente se arrisca muito também, a gente anda muito na contra-mão, muito afoito. Aí é um perigo, às vezes final-de-semana, é perigoso, o povo bebe pra andar nos carros, como já ouve dois acidente já comigo, mas graças a Deus, comigo mesmo nada sofreu não, só com o carro né. [...] Quem fica no prego sempre é a gente. [...] Tive que pagar. Senão eu não tenho o carro de volta pra trabalhar de novo. (Roberto, entrevista realizada em 19/11/08).

Meireles (2009, p. 108-109) também aborda, como risco desse ofício, a possibilidade de uso de drogas entre os catadores, principalmente, quanto aos que exerciam suas atividades no depósito estudado pelo autor. É o que se apreende no seguinte trecho:

[...] no depósito, vários catadores, inclusive o próprio deposeiro, se referiram a uso de droga por parte dos catadores, sobretudo o crack. O deposeiro disse que todos eles usavam a droga e que quando estavam sob o efeito da pedra estendiam a jornada e conseguiam trazer material em quantidade muito superior ao normalmente obtido. Interessante notar que eles se referiam ao uso da poderosa droga de forma jocosa e sem qualquer acanhamento pela minha presença. Zé Bezerra chegou mesmo a dizer que a pedra, que normalmente custava R\$ 5,00 a unidade, tinha baixado por conta de o material da reciclagem ter baixado de valor, o que permite inferir a intensidade de relação dos catadores com o uso do crack.

Outra dificuldade a ser levantada aqui é que a comercialização do material reciclável é intermediada entre os catadores e as indústrias por esses atravessadores, conhecidos como sucateiros ou deposeiros. Quanto à ação desses intermediários, pode-se afirmar que:

[...] os sucateiros, recebem o material coletado pelos catadores, pesam e estabelecem o preço a ser pago aos catadores. Em seus depósitos, os sucateiros vão acumulando os materiais, prensando-os em fardos, até conseguirem uma quantidade que viabilize o transporte para as indústrias de reciclagem. Um dia de trabalho rende aos catadores de 2 a 5 reais dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 65).

A existência desses atravessadores deve-se a dois fatores: à "dificuldade de locomoção" dos catadores de lixo para entregar o material nas indústrias de reciclagem; e às vantagens que esse sistema oferece às indústrias (VIANA, 2000 *apud* BERENGUEL, 2008, p. 47).

O sucateiro é o intermediário numa cadeia de comercialização que faz com que os resíduos cheguem até a indústria. Os catadores juntam certa quantidade de material a ser negociada com os deposeiros. Estes, com seu poder de barganha, vendem às indústrias o material comprado dos catadores a baixos custos. Desta forma, “O valor absoluto, bem como a agregação de valor nessas transações, ficam com os sucateiros e as indústrias, sobrando muito pouco aos que verdadeiramente garimpam o lixo” (BERENGUEL, 2008, p. 47).

Percebe-se, assim, que os catadores sofrem exploração por parte desses intermediários. Meireles (2008, p. 95) apresenta as falas de alguns catadores do Município de Fortaleza-CE, através das quais é possível perceber, ainda, a possibilidade de desonestidade no momento da venda do material coletado para os deposeiros:

É roubo na balança (risos), que ele [Zé Bezerra] endoia comigo. Eu digo “ei macho deixa eu ver em baixo da bicha”. Pode prestar atenção quando ele pesa ali aquele pesinho só falta subir ali, ele sempre sai ganhando. (entrevista realizada em 19/11/08).

[...]

A associação é melhor porque pra nós mesmos ela não rouba na balança, a balança de lá rouba demais. [...] Eu não sei o que eles botam, eles botam a balança pra o peso não ser certo. [...] E tudo lá é mais barato de que aqui. Tudo. (entrevista realizada em 11/12/08)

Ou seja, esses depoimentos denotam uma possível adulteração da balança dos deposeiros, que causa prejuízo aos catadores, visto que a pesagem dos resíduos apresenta um peso aquém do real coletado, de modo que esses trabalhadores recebem menos do que mereceriam pela mercadoria.

Por tudo isso, conclui-se pela desproteção dessa classe obreira, exposta aos riscos advindos de sua própria atividade e da exploração por parte dos chamados atravessadores e da indústria de reciclagem.

3.5 Dignidade dos Catadores de material reciclável: preconceito e exclusão social

Releva abordar aqui o preconceito e a exclusão social sofrida por esses profissionais.

Inicialmente, deve-se atentar para o ideário que cerca o lixo. Este foi concebido, durante toda a história humana, como algo que não tem valor ou serventia para a sociedade (SANTOS & SILVA, 2009, p. 690-691). Dentro dessa concepção de lixo, as pessoas que lidam com ele são tidas também como “desnecessárias”, passando a sofrer desprezo por parte da sociedade (ZANETI, 2006 e BURSZTYN, 2003 *apud* SANTOS & SILVA, 2009, p. 691).

Ao citar Oliveira *et al.* (2007), Alves (2010, p. 41) transcreve elucidativo trecho: “Os catadores de recicláveis, figuras muitas vezes repudiadas pela sociedade, encontram na reciclagem seu próprio sustento e de sua família”, e complementa com as palavras de Cavalcanti Neto *et al.* (2007):

Nessa lógica, o cotidiano do indivíduo que trabalha com o lixo é marcado por contradições, pois o mesmo material que garante sua sobrevivência e põe em risco sua saúde, é também responsável por classificar o catador como inferior, gerando indivíduos com auto-estima baixa e com conceito de cidadania distorcido.

Santos e Silva (2009, p. 696) citam pesquisa recente feita pelo Datafolha, por meio da qual aferiu-se que a profissão de catador de recicláveis ficou em primeiro lugar como a mais rejeitada, ficando os garis em terceiro lugar. Assim, percebe-se que a catação de lixo é ofício bastante estigmatizado, fato estimulado em demasia pela mídia, que mostra os catadores “nos lixões - disputando restos de comida com animais (porcos, cachorros, urubus, entre outros)”.

Apesar de atuarem em uma atividade que, a um só tempo, gera emprego e renda, oferece serviços e reduz os gastos públicos empregados na coleta de lixo, nem sempre o trabalho de catadores e catadoras é reconhecido pelo poder público e pela sociedade como importante e fundamental. Ao contrário, em várias cidades brasileiras, catadores e catadoras enfrentam permanentes dificuldades e barreiras, lutando contra o preconceito e a falta de oportunidades (VALLE MOTA, 2005 *apud* SANTOS E SILVA, 2009, p. 702).

Desta feita, percebe-se a dualidade contida na representação do que é o lixo: para alguns, é sobra, algo que não presta e deve ser jogado fora. Para outros, é sustento.

Infelizmente, a visão negativa que a sociedade tem do lixo reflete-se em sua relação com os que trabalham com ele, criando uma espécie de *apartheid* social (ZACARIAS E BAVARESCO, 2009, p. 300). Essa a razão de os catadores sofrerem abusos tanto no campo moral como no social, o que explica até casos de violência cometida contra os mesmos:

Terça retrasada eu tava parado na Sertório (avenida), daí um cara disse pra mim que eu bati nele e veio na agressão. Daí depois eu tava no Lindóia (shopping) catando uns peti, daí o cara veio tirar as cara de novo e desceu do carro com um amansa loco. Daí eu disse "peraí meu patrão eu tenho os meu direito, não é por que eu to trabalhando na reciclagem que eu não tenho os meus direito!" [...] (E9) (ZACARIAS & BAVARESCO, 2009, p. 299).

[...]

[...] daí veio os caras, os seguranças tudo pra segurar. Disse que carroceiro são tudo ladrão, drogado, não sei o quê, não tem isso de direito. Ele não bateu naquelas, me acertou com um ferro nas perna. Daí eu fiquei assim, não tinha viatura, não tinha EPTC (Empresa Pública de Transporte Coletivo), não tinha nada. Ele poderia ter me matado e me tirado dentro do Fiorino. Daí veio um guarda e disse: "Deixa o moreno que ele é tranquilo, ele tá catando a reciclagem. Daí eles me liberaram. Na rua a tolerância é zero, tem gente que leva a briga e a loucura de casa pra rua, daí torna o negócio na rua meio "roots" (E9) (ZACARIAS & BAVARESCO, 2009, p. 299).

A semântica negativa que cerca o lixo, portanto, gera a exclusão social do catador de reciclável, além de interferir na imagem que esse profissional tem de si mesmo.

Tornar-se catador poderia conferir a esses profissionais dignidade, além de obtenção renda, porque “É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio” (MIURA, 2004 *apud* MEDEIROS E MACEDO, 2006, p. 66).

No entanto, percebe-se que essa dignidade nem sempre está presente na visão que esses obreiros têm de sua atividade. Ao apontar estudo de Paixão (2005), Santos (2009, p. 19) comenta relato de uma catadora que afirma esconder seu ofício de alguns parentes, além de evitar que os colegas dos filhos saibam que ela trabalha em um lixão, para que os filhos não sintam vergonha.

Em outro relevante trabalho, Santos e Silva (2009, p. 702) apresentam alguns relatos que denotam a visão de inexistência de dignidade para esses obreiros quanto a sua profissão:

“trabalhar com o lixo não é um trabalho digno, é uma necessidade que a gente tem, mais dignidade não é não. Como é que uma pessoa tá trabalhando com o lixo, se matando pra ganhar uma miséria?! Eu não acho digno não...”
(Entrevistado 8, Integrante da Usina de Triagem).

Por tudo isso, percebe-se mais um desafio a ser enfrentado por esses profissionais que, como alternativa, buscam na catação de resíduos sólidos uma forma de sobrevivência. No entanto, pela própria conotação negativa que o lixo possui, veem-se, muitas vezes, como seres indignos, além de não serem aceitos em uma sociedade que se beneficia a partir de seu trabalho.

3.6 Formas de organização dos catadores: Associações e Cooperativas

O trabalho de catação pode ser exercido segundo três formas de organização: carrinheiros, catadores do lixão e associações e cooperativas (GONÇALVES, 2009, p. 3).

Como já anteriormente citado, os catadores de recicláveis começaram a se organizar em cooperativas e associações a partir da década de 80, em busca de reconhecimento dessa atividade como profissão (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 65).

As formas associativa e cooperativa diferenciam-se da atividade dos carrinheiros e dos catadores dos lixões pela existência de planejamento de suas ações e da metodologia na realização de seu serviço dentro das cidades (GONÇALVES, 2009, p. 3).

A primeira cooperativa ou associação de catadores surgiu com o intuito de retirar esses trabalhadores dos lixões, gerar emprego e criar uma oportunidade de inserção social para os mesmos (RIBEIRO E BESEN, 2007 *apud* ALVES, 2010, p. 21). Assim, para Alves (2010, p. 21), as associações de catadores estão ganhando espaço nos municípios brasileiros, em detrimento da presença desses profissionais nos lixões.

Nas associações, é feita a triagem dos resíduos sólidos (papel, vidro, plástico e metais) e, depois, esses materiais são vendidos para atacadistas, também conhecidos como "sucateiros" e "atravessadores", os quais estabelecem o preço a ser pago aos catadores (MOTTA E SAYAGO, 2008 *apud* ALVES, 2010, p. 24). Percebe-se que algumas associações vêm optando por negociar diretamente com as indústrias recicladoras, obtendo assim melhores lucros e sem precisar desses intermediários (OLIVEIRA *et al*, 2007 *apud* ALVES, 2010, p. 23).

Inúmeros são os benefícios da organização desses profissionais em associações:

[...] favorece a construção da identidade dos mesmos, como categoria profissional, além da valorização pessoal; pode-se ainda estabelecer vínculos mais sólidos com a sociedade, visando a aquisição de parcerias e prestação de serviços, além de poderem ser alvo de investimento de empresas e instituições interessadas em projetos de economia solidária, juntamente com melhoria sócio-ambiental. A união desses trabalhadores visa alcançar também quantidade, volume e peso necessários para conseguir melhores preços no mercado (VALLE MOTA, 2005 *apud* ALVES, 2010, p. 22).

As cooperativas de catadores são organizações administradas pelos próprios cooperados e que funcionam como centrais de beneficiamento primário de materiais recicláveis recolhidos diretamente na fonte (OLIVEIRA et al. 2007 *apud* ALVES, 2010, p. 22).

Segundo Meireles (2009, p. 77), apesar das diferenças teóricas encontradas em estudos acerca dessas duas formas de organização, na prática, as cooperativas de catadores não vivenciam o modelo formal de cooperativa, definido segundo a Lei n.º 5.764/1977, atuando de forma símile às associações.

As cooperativas de catadores são recentes no Brasil. Como vantagem dessa forma de organização, pode-se apontar que uma cooperativa desenvolve diferentes ações, objetivando “enfrentar fatores que interferem no processo de negociação de materiais recicláveis, possibilitando competitividade através do aumento da oferta de materiais recicláveis num volume maior que garanta negociação de preços” (MAGERA, 2003 *apud* MEDEIROS E MACEDO, 2006, p. 66).

Como benefícios da forma cooperativa, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2003) defende que seu primordial objetivo é gerar trabalho e renda. Tem como vantagens, ainda, evitar a dependência de um único comprador; vender cargas “fechadas” por um preço médio; estocar – os materiais que podem ser armazenados por período mais longos, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro. Ademais, segundo o IPT (2003), a vantagem econômica da cooperativa vem do fato de os cooperados conseguirem um maior valor pela mercadoria, pois ofertam produtos em melhores condições de limpeza e classificação e barateiam o transporte, prensando as cargas.

As associações e cooperativas, portanto, surgem como meios de minimizar a precariedade do labor exercido pelos catadores de materiais recicláveis, ao atribuir-lhes dignidade como categoria profissional, possibilitar-lhes inserção na sociedade e garantir-lhes melhoria na obtenção de renda. Desta feita, o apoio do Poder Público municipal desponta como imprescindível para efetivar a criação e viabilidade dessas formas de organização.

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2001), as ações relativas às associações e cooperativas de catadores a serem empreendidas pelo Poder Público Municipal devem ser:

[...] apoio administrativo e contábil, criação de serviço social com a atuação de assistentes sociais junto aos catadores; implantação de cursos de alfabetização para os catadores; implantação de programas de recuperação de dependentes químicos e implementação de programas de educação ambiental para os catadores.

Outra relevante questão acerca das ações do Poder Público Municipal de apoio aos catadores refere-se à implantação da coleta seletiva nas cidades. Essa coleta constitui-se em um processo de seleção e classificação dos resíduos sólidos desde a fonte geradora, antes da coleta oficial, visando ao reaproveitamento e reintrodução desse material no ciclo produtivo (STREB, 2001, p. 32). Sua meta principal é a redução do material destinado aos aterros sanitários e tem como base a conscientização da população para as questões sanitárias e de preservação ambiental (D'ALMEIDA & VILHENA, 2000 *apud* STREB, 2001, p. 32).

Esse tipo de coleta traz benefícios às associações e às cooperativas de catadores de recicláveis, pois propicia “geração de fonte de renda e inclusão social aos que vivem da catação de resíduos” (RUSSO, 2003 *apud* ALVES, 2010, p. 14). Ademais, as iniciativas mais bem sucedidas de coleta seletiva no Brasil são aquelas nas quais as administrações municipais estabeleceram parcerias com catadores organizados em associações ou cooperativas (RIBEIRO & BESEN, 2007 *apud* ALVES, 2010, p. 23).

Para Alves (2010, p. 19), a coleta seletiva vem sendo usada como forma de sobrevivência de uma parte da população fragilizada pela falta de oportunidades e pela exclusão social. A autora cita dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE (2008), segundo os quais, no conjunto dos municípios brasileiros, são coletadas 150 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos - RSU diariamente e, desse total, 55% recebeu destinação adequada (aterros sanitários) e 45% teve destinação inadequada (aterro controlado ou lixão).

Assim, um programa de coleta seletiva deve ser institucionalizado, cabendo ao prefeito baixar uma portaria para efetivar a coleta seletiva no município (SCHALCH e CABRAL (2003) *apud* SOARES (2004, p. 35). O poder público deve assumir a tarefa de organizar a coleta seletiva e estruturar um mercado para consumo dos reciclados, por meio de créditos às pequenas e microempresas de reciclagem e também de incentivos à organização de cooperativas de catadores (SOARES, 2004, p. 35).

Ou seja, a problemática dos resíduos sólidos urbanos merece tratamento adequado por parte do Estado, surgindo, assim, a coleta seletiva como uma solução importante, além de contribuir para fortalecer instituições como as associações e cooperativas de catadores de recicláveis.

Por fim, em relação às associações e às cooperativas, vê-se que "a organização coletiva dos catadores apresenta-se como uma das poucas alternativas viáveis de resistência para esses atores tão explorados na cadeia econômica do lixo", porquanto, ao obter melhoria em sua condição de trabalho, o catador desperta para o exercício da cidadania (MEIRELLES & GOMES, 2008 *apud* MEIRELES, 2009, p. 137).

Isso porque o trabalho em grupos favorece a identidade desses obreiros como integrantes de uma categoria profissional (MOTA, 2005, *apud* MEIRELES, 2009, p. 138), o que lhes fortalece a auto-estima, como se pode apreender dos depoimentos de catadores entrevistados por Meireles (2009, p. 138) em seu significativo trabalho:

Eu acho bom trabalhar é aqui, na associação. [...] É porque aqui, aqui já é da gente. Aqui é uma coisa que a gente somos associados, e nos outros cantos não é. [...] Eu não acho nada de melhor nos outros depósitos. (Catadora da Associação Reciclando).

[...]

Em associação é bom, porque aparece alguma coisa pra gente, aparece alguma coleta, doação de material pra associação. É mais melhor! Muito! Esses depósitos véi por aí nem pagar a pessoa que preste não paga. [...] Tem nêgo enrolão que enrola, né. E falta dinheiro. Aqui a menina paga a gente direitinho. Nunca deve a ninguém, paga em dia. Trabalha direitinho a Rosineide [presidente da associação]. Pra ser um mulher, né... Um dia desses eu fui acidentado, sabe, tava descarregando esse caminhão aí e caiu uma porta de vidro e pegou cem pontos aqui na perna [diz apontando para a perna direita]. Não tem a marca porque eles estão passando um negócio que o cara não vê nem a marca. Foi sangue muito aí. Passei dez dias, foi, dez dias com a perna ponteada, aí ela pagou minha quinzena, tudinho, pagou tudo. No depósito aí paga se quiser né, se quiser dar alguma coisa.

Assim, pode-se concluir pela importância dessas formas de organização dos catadores de recicláveis, as quais necessitam do apoio da Administração Pública Municipal para diminuir a precarização que envolve o labor dos catadores de recicláveis.

3.7 A Constituição Federal como fundamento de garantia de condições dignas de trabalho para os catadores de recicláveis.

Pode-se encontrar no art. 1º da Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil. Nos incisos III e IV do citado artigo, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são consignados. Já no art. 225 da CF/88, estabelece-se o referencial básico sobre o meio-ambiente.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ademais, no inciso VI do art. 23, o constituinte federal definiu a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios quanto à proteção ambiental. Não

existe, porém, um dispositivo constitucional específico sobre a temática do lixo urbano doméstico e a reciclagem de materiais.

Já nos incisos IV e VIII do art. 170 da Carta Magna, estabelece-se que a ordem econômica deve ter como fundamento a valorização do trabalho humano e a livre concorrência. Este artigo denota, ainda, certas contradições, tendo em vista que, em seu texto, constam princípios liberais e princípios sociais.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Impende ressaltar, também, que esses princípios da valorização do trabalho humano e da busca do pleno emprego são direitos constitucionais que deverão, através de instrumentos não formais, como a pressão popular, e instrumentos formais, como, por exemplo, o Ministério Público, buscar formas de implementação.

Abordando ainda o art. 23 da Constituição Federal de 1988, quanto à competência comum dos entes federativos, no inciso X, estabelece-se que os mesmos devem combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Por tudo exposto, só se pode concluir pelo dever imposto a todas as esferas do Poder Público no sentido de promover a proteção do meio ambiente, além de ações que minimizem as desigualdades sociais e que proporcionem incentivos ao trabalho

humano como forma de fomentar a atividade econômica. Assim, percebe-se que todas essas obrigações estão em sintonia com a atividade de catação de recicláveis, cabendo ao Poder Público apoiá-la em obediência aos ditames constitucionais.

4. CATADORES DE RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE

4.1 Diagnóstico sócio-econômico e cultural dos catadores de recicláveis do Município de Fortaleza-CE

Segundo estudo do Departamento de Pesquisa do Instituto Municipal de Pesquisa e de Administração de Recursos Humanos (IMPARH), órgão da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE, intitulado o “Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do catador de materiais recicláveis de Fortaleza”, realizado em 2006, estima-se que haja cerca de 8.000 (oito mil) catadores de recicláveis em nossa cidade.

Essa pesquisa científica foi promovida, além do IMPARH, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), com o apoio da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) e da Agência Reguladora de Fortaleza (ARFOR).

Em entrevista ao Jornal o Povo, o então presidente do IMPARH, Acrísio Sena, declarou que a idéia de realizar o estudo surgiu a partir de vários debates no Fórum Lixo e Cidadania do Estado do Ceará. Segundo ele, com os dados coletados, seria possível às três esferas de governo promover políticas públicas específicas, no intuito de gerar maior humanização no trabalho desses obreiros, inclusive, através da construção de cooperativas e de associações para os catadores.

Segundo esse estudo, realizado entre dezembro de 2005 e março de 2006 com 906 (novecentos e seis) catadores, as características desse profissional de Fortaleza são: sexo masculino, entre 18 e 25 anos de idade, natural de Fortaleza, com Ensino Fundamental incompleto e que mora junto com a companheira, embora não seja casado oficialmente.

Concluiu-se, a partir da amostragem, que 75,6% são homens e que a maior parte das mulheres que vivem da profissão acompanham os companheiros. Cerca de 27,8% estão entre 18 a 25 anos e pelo menos 23,6% tem entre 31 e 40 anos de idade.

A dificuldade em conseguir emprego foi a causa mais citada para o ingresso na atividade de catador, o que confirma a atual crise no mercado trabalhista como causa do surgimento de atividades profissionais marcadas pela informalidade e precariedade. Ademais, um total de 265 (duzentos e sessenta e cinco) entrevistados iniciaram, mas não concluíram o ensino fundamental I (de 1ª a 4ª séries) e 205 (duzentos e cinco) catadores, ou seja, 22,6% declararam-se analfabetos.

Dos 906 entrevistados, 596 (65,8%) responderam que não participam de programas sociais. Já em relação ao ganho semanal no trabalho da catação, há pequena variação nas respostas: 4,8% auferem até R\$ 10,00; 12,4% entre R\$ 11,00 e R\$ 20,00; 11,7% entre R\$ 21,00 e R\$ 30,00; 14,7% entre R\$ 31,00 e R\$ 40,00; 16,7% entre R\$ 41,00 e R\$ 50,00; 13,2% entre R\$ 51,00 e R\$ 60,00 e 24,5% tem rendimento semanal superior a R\$ 60,00.

Quanto aos riscos à saúde desses obreiros, é interessante iniciar mencionando que 11,3% dos entrevistados conseguem alimento a partir do lixo. Quanto a acidentes, 29,4% afirmaram já ter sofrido acidente durante seu trabalho e 43,9% disseram ter sofrido algum tipo de violência, seja física, psicológica, sexual ou outras formas. Desse percentual, 47,6% sofreram violência durante o exercício da catação.

Essa pesquisa mostrou, também, que 35,7% residem na área da Secretaria Executiva Regional (SER) VI, onde é localizado o aterro sanitário do Jangurussu. O bairro é um dos que mais possuem catadores, seguido do Centro, Serrinha e Antônio Bezerra. Corredores comerciais como as avenidas Bezerra de Menezes, Santos Dumont, Alberto Magno e Gomes de Matos são locais considerados por eles como boas fontes de catação de lixo. Nenhum dos catadores utiliza equipamento de proteção individual, normalmente, sofrendo acidentes ao manusear vidros ou outros materiais cortantes.

Esse estudo constatou, ainda, que são produzidas 15 (quinze) mil toneladas de lixo reciclável por mês em Fortaleza, das quais apenas 4,9 mil são recicladas.

A partir desses dados, constata-se a urgência de incentivar a atividade dos catadores de recicláveis de Fortaleza-CE, por meio de ações que lhes garantam

melhores condições de trabalho, tendo em vista seu labor contribuir de forma benéfica para a própria cidade.

4.2 Fórum Lixo e Cidadania: espaço de construção da participação.

Atualmente, os Fóruns tem-se constituído em nossa sociedade como espaços de experiências de participação da sociedade civil (GONÇALVES, 2005, p. 63). Carvalho (2001) *apud* Gonçalves (2005, p. 63) define os fóruns como espaços específicos, onde a sociedade civil constrói estratégias de luta e de alianças em torno de demandas coletivas. Dessa forma, constituem-se como um meio de construção da participação da sociedade, no intuito de concretizar o que já foi legalmente conquistado.

É dentro dessa perspectiva que se firmou o Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Em 1998, com o incentivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 19 instituições criaram em Brasília esse Fórum. O mesmo foi constituído como um espaço de articulação, para planejamento e implementação de ações de combate ao trabalho infantil, de erradicação dos lixões em nosso país e de apoio ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis (MARTINS, 2007, p. 98). Desta feita,

Com o apoio das entidades integrantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, foram implementados nos Estados brasileiros, os Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania. Até a data de 21/08/2004, foram instalados 23 Fóruns Estaduais, sendo eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Os Fóruns Estaduais de Lixo e Cidadania reúnem catadores de recicláveis, órgãos governamentais e entidades não governamentais, objetivando discutir estratégias em torno da temática dos resíduos sólidos.

No Ceará, o Fórum recebe apoio da Igreja Católica, por meio da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, entidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Cáritas Arquidiocesana, que preside e articula o Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Ceará – FEL&C, tem como objetivos consignados em seu regimento interno: discutir permanentemente a temática dos resíduos sólidos, meio ambiente e cidadania; estimular e apoiar a organização dos catadores; apresentar sugestões, críticas e denúncias relacionadas às políticas de gestão dos resíduos sólidos. Mas, hodiernamente, seu principal foco é o incentivo à formação de associações e de cooperativas de catadores de recicláveis (GONÇALVES, 2005, p. 65).

Acerca das atividades do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Ceará, Gonçalves (2005, p. 65) assim as descreve:

[...] O FEL&C reúne-se regularmente às últimas quartas-feiras de cada mês no Seminário da Prainha, situado no Centro, avenida D. Manoel número 01. Além das reuniões mensais com as entidades, o Fórum realiza as plenárias mensais itinerantes que acontecem a cada mês em um dos bairros em que se concentram os catadores. As plenárias tem possibilitado o fortalecimento dos grupos, a elevação da auto-estima dos catadores de lixo e a valorização da categoria pela sociedade. Uma das maiores novidades das plenárias foi a construção de uma bolsa de valores para os diferentes materiais e a divulgação entre os grupos das melhores oportunidades de negócios. Desta forma, o Fórum vem se consolidando como espaço de organização e protagonismo dos trabalhadores do lixo.

A referida autora atenta para a importância do FEL&C, porquanto busca incentivar a criação de associações e de cooperativas de catadores, através do fornecimento de assessoria e até recursos financeiros. Ela afirma, ainda, que observou, ao acompanhar reuniões do Fórum, que os catadores aproveitam o espaço das reuniões como canal de expressão dos seus sentimentos e reivindicações.

Segundo Martins (2005, p. 101), o Fórum Lixo e Cidadania representa as controvérsias existentes na sociedade, e é um canal de diálogo e de discussão referente à atividade dos catadores de materiais recicláveis, no qual são tomadas decisões e realizadas propostas de atuação junto à sociedade e aos catadores de materiais recicláveis. A autora complementa, ainda, que o Fórum Lixo e Cidadania torna-se um aparelho privado de hegemonia, pois “busca a formação do consenso

através da mobilização de setores da sociedade civil, colocando suas demandas na esfera pública".

Por tudo exposto, percebe-se a importância do apoio dado por essa entidade não governamental aos catadores, buscando seu fortalecimento como profissionais, tendo em vista que, além de ajudar-lhes em sua organização, possibilita-lhes reconhecimento e maior inserção social, ao mesmo tempo em que estimula sua participação na luta por melhores condições de trabalho para sua categoria.

4.3 Associações de Catadores de Recicláveis de Fortaleza-CE

Segundo dados obtidos junto ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Ceará, atualmente, Fortaleza possui 10 (dez) associações de catadores de recicláveis, componentes da Rede dos Catadores de Materiais Recicláveis do Ceará.

Partiremos, nesse ponto, para uma maior aproximação da realidade desses trabalhadores de Fortaleza, através do estudo de duas de suas associações.

4.3.1 Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu (SOCRELP)

A Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu (SOCRELP) foi fundada em 1994, com o apoio do Programa de Infra-Estrutura Básica em Saneamento do Estado do Ceará – SANEAR. Esse programa objetivava melhorar a qualidade de vida da população de Fortaleza como um todo, por intermédio do Sistema de Esgotamento Sanitário (PINHEIRO, 2007, p. 56).

No Pirambu, bairro de Fortaleza-CE, percebeu-se que a implantação de uma associação de reciclagem seria benéfica para a efetivação desse programa de saneamento, tendo em vista que os próprios moradores da comunidade poderiam dar uma destinação diferente ao lixo que, muito provavelmente, iria entupir esgotos e sujar

as ruas. Assim, cursos foram ministrados pelos agentes do SANEAR, no intuito de instruir a população sobre o processo da reciclagem.

Uma das duas quadras esportivas anexas ao centro comunitário do bairro foi cedida para a instalação da SOCRELP. Após 3 (três) anos de criada essa entidade, um caminhão foi cedido pelo Governo do Estado do Ceará, para auxiliar nas coletas de material reciclável.

A SOCRELP está localizada nesse bairro, à Rua São Serafim, n.º 08. Possui, atualmente, 12 (doze) associados, os quais exercem seu ofício de forma predominantemente interna, indo pouco à cata de materiais nas ruas, tendo em vista receberem a maior parte do material reciclável através de doações.

Quanto aos equipamentos de que dispõe, a associação possui uma prensa, uma máquina de picotar papel, um liquidificador de papel, uma balança para o material, além dos carrinhos ("carroças") utilizados para a coleta do material.

A entrevista foi efetuada junto a 5 (cinco) catadores da SOCRELP. Todos os associados trabalham, em geral, 8 (oito) horas por dia na associação, e ganham, em média, R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

A entidade recebe doações de recicláveis de residências, empresas, indústrias e secretarias do Estado. Assim, poucos catadores vão às ruas à caça de materiais recicláveis. Quanto às doações advindas de secretarias ligadas à Prefeitura Municipal, informou-se que apenas o IMPARH, esporadicamente, doa algum material.

Ao chegarem à SOCRELP, os materiais são selecionados manualmente de acordo com a espécie, a saber, papel branco, papel misto, jornal, pet, papelão, vidro, alumínio entre outros (FIG. 1). Essa seleção manual não conta com o uso de equipamentos de segurança individual - EPI's (FIG. 2). A seguir, são pesados e guardados separadamente, de acordo com cada tipo de resíduo (FIG. 3), até o momento de serem vendidos aos atravessadores e às indústrias.



FIGURA 1 – Mesa onde os materiais são colocados para posterior seleção manual



FIGURA 2 – Catadora fazendo seleção manual dos materiais, sem uso dos EPI's



FIGURA 3 – Sacos onde são colocados os recicláveis, para posterior venda

De acordo com os associados, as principais empresas que negociam os materiais com a SOCRELP são: Comércio e Beneficiamento de Artefatos de Papel, LTDA - COBAP (compradora de papelão); SOPET Indústria Comércio e Exportação de Reciclados, LTDA (compradora de garrafas PET) e a Montenegro (compradora de plástico). Os materiais, como cadeiras plásticas, PVC e sopro são vendidos a terceiros, que os repassam às indústrias.

Devido à falta do caminhão, os associados não tem como levar os recicláveis até as empresas. Assim, os catadores avisam às indústrias que os materiais estão na associação, para que as mesmas venham buscá-los depois. Enquanto isso, os recicláveis ficam acondicionados em sacos ou, simplesmente, depositados ao longo do espaço da entidade.

Em relação ao preço pago pelo material, os associados afirmam que o valor muda de acordo com variáveis, como a cotação do dólar. Quando essa moeda está em baixa, é ruim para as vendas, porque fica mais barata a compra da celulose, matéria prima para a produção do papel, em relação à compra do papel reciclável, cuja qualidade é diferente do papel "virgem". Como exemplo dos valores recebidos, os entrevistados citaram o preço atual pago pelo quilo de alguns materiais: o papel branco custa R\$ 0,33; o papel misto, R\$ 0,15; o pet, de R\$ 0,50 a R\$ 0,70 e o alumínio, R\$ 0,30.

Quanto ao ganho extra que as empresas obtêm a partir da compra desse material dos catadores, percebe-se que esses obreiros tem consciência da exploração que sofrem por parte das indústrias, como se apreende da fala de uma catadora entrevistada, comentando a respeito da produção de peças de vestuário a partir de material reciclável:

[...] o catador apanha do lixo, corre o risco de pegar doença, né? Vai pra empresa, a empresa ganha por cima. Ai, leva todo pra China nosso pet, volta em forma de calça jeans, que é super cara (ENTREVISTADA A).

Impende relatar aqui que uma das principais dificuldades enfrentadas pela entidade é justamente a ausência de um transporte, que perdura por três anos. A importância de um veículo para a associação é proporcionar aos catadores a possibilidade de ir à busca de recicláveis em diversas partes da cidade. A SOCRELP contava com um caminhão cedido pelo Governo do Estado, o qual foi tomado pelo referido ente para ser leiloado, sem que fosse disponibilizado outro em seu lugar. Assim, é necessário retirar dinheiro da ínfima renda da associação para pagar o frete de um veículo quando surge a necessidade de recolher material em maior quantidade ou a grandes distâncias. Muitas vezes, sequer compensa alugar um transporte para esse fim, como se depreende da fala do entrevistado:

[...] Eles telefonam, a gente vai com o carro que a gente aluga um carro, aí, recolhe o material... Às vezes, dá pra pagar o trabalho do carro, às vezes, não dá, porque é tão pouco material [...] Aí, quando a gente aluga o carro, paga o que, trinta reais no carro, chega aqui, não compensa (ENTREVISTADO B).

Quando questionados acerca do apoio proporcionado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza à associação, todos os entrevistados afirmaram não haver ações nesse sentido. Ao contrário, a Prefeitura estar-se-ia constituindo em óbice às atividades da SOCRELP. Um dos problemas enfrentados em relação ao Governo Municipal é quanto à renovação da licença da associação, que, para tanto, tem que pagar um valor em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Também, a Administração Municipal determinou que a associação deve configurar-se como micro empresa, ambas, obrigações impossíveis, financeiramente falando, para a entidade.

Quanto ao motivo que os levou a exercer essa atividade, todos os entrevistados alegaram não terem encontrado emprego, dado que reforça a tese da atual crise do mercado obreiro como fomentadora de categorias profissionais como essa. Ademais, todos afirmaram gostar da atividade que exercem e percebem a sua importância para a preservação do meio ambiente, além de apontá-la como um trabalho honesto.

Relava destacar, ainda, a baixa escolaridade dos entrevistados. Desses, apenas dois possuem o Ensino Fundamental completo. Os outros não conseguiram concluir o 1º Grau do Ensino Fundamental.

Interessante apontar, também, que apenas um dos entrevistados afirmou haver dificuldade em seu trabalho, devido ao grande esforço empreendido e a ínfima recompensa financeira. Esse catador é um dos poucos que saem da associação para coletar recicláveis.

Os demais não veem dificuldade no que fazem. Nenhum deles alega ter tido qualquer problema de saúde relacionado à catação. Apenas um afirmou ter sofrido alguma forma de preconceito relacionada à coleta de recicláveis. Esses dados denotam que a atividade executada internamente, de forma restrita à seleção dos materiais dentro da entidade, preserva os catadores da rotina exaustiva de trabalho nas ruas, o que confirma a importância da organização em formas como a associativa para proporcionar melhoria nas condições de trabalho desses profissionais.

Quando questionados sobre o que o Poder Público Municipal poderia fazer para apoiá-los, quatro dos cinco entrevistados citaram a disponibilização de um transporte para os mesmos. Outra questão apontada como importante por três catadores é a ausência de implantação da coleta seletiva em Fortaleza, que, se existisse, os ajudaria na obtenção dos materiais recicláveis.

A Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) de Fortaleza-CE, dentre outros órgãos municipais, implantou, em janeiro de 2007, uma coleta seletiva dentro da própria repartição, doando o material recolhido a associações da cidade. O que se percebe, no entanto, é que não há, ainda, uma mobilização da Prefeitura Municipal no intuito de viabilizar essa forma de coleta em toda a cidade, por meios de ações como a conscientização da população e instalação de postos coletores.

Por fim, cumpre dizer que todos os entrevistados compreendem a importância de sua atividade para a preservação do meio ambiente, além de ser um trabalho que lhes garante a sobrevivência.

4.3.2 Associação de Catadores de Material Reciclável da Maravilha

Os componentes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Maravilha, em sua maioria, são advindos da favela da Maravilha, que se localiza em área de risco da cidade de Fortaleza-CE. Seus moradores, inclusive os catadores de materiais recicláveis que ali habitavam, viviam em precárias condições, principalmente, na época das enchentes, que alagavam seus lares, destruindo o pouco que possuíam.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE retirou os residentes dessa favela, instalando-os no Conjunto Habitacional Planalto Universo, que se constitui num condomínio residencial, localizado no Bairro Vila União. Assim, também os catadores de recicláveis da favela da Maravilha foram ali instalados e, dois anos depois, viram ser construído dentro desse conjunto habitacional o prédio que sediará sua associação. A mesma foi, a seguir, oficialmente criada, recebendo, em homenagem ao local de origem, o nome de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Maravilha.

No entanto, devido a óbices criados pela própria administração municipal, a efetiva entrega da associação não foi feita.

A Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) foi o órgão que se responsabilizou pela construção do prédio (galpão) que serviria de sede para a associação. No entanto, o referido órgão não prestou contas dessa construção à Prefeitura Municipal, de modo que a entrega do galpão não foi feita aos catadores. Esse atraso na entrega já dura em torno de dois anos.

Como a entrega não foi concretizada, o galpão não foi dotado dos equipamentos necessários para o funcionamento da associação. Há apenas a estrutura física, que, tendo em vista não haver vigilância no local, está sofrendo deterioração pela ação de vândalos (FIG. 4 e 5).

Assim, seus 25 (vinte cinco) associados restam prejudicados, já que não dispõem de um espaço físico em condições de exercer seu ofício e acondicionar o material coletado por eles ou recebido através de doações. Como alternativa, findam depositando seus materiais de modo improvisado em seus próprios lares, o que só aumenta a insalubridade de seu trabalho (FIG. 6).



FIGURA 4 – Vista frontal do galpão construído para sediar a Associação dos Catadores de Recicláveis da Maravilha

Quanto à demora na entrega de sua associação e à falta de ação da Prefeitura, a presidente, que também é catadora, relata que tem lutado pela reforma e pela entrega efetiva da associação em condições que viabilizem o trabalho dos associados, mas confessa seu cansaço perante o descaso do Poder Público Municipal:

[...] os catador aqui não quer mais participar de reunião nenhuma, porque é promessa pra cá, promessa pra lá. Vou pra Prefeitura, vou não sei pra onde, um promete uma coisa, outro promete outra... Nós não estamos mais querendo saber de reunião, a gente quer colocar aquilo ali pra funcionar, e a gente entrar dentro e trabalhar, da maneira que a gente sabe trabalhar, que é separar o material e ganhar o dinheiro da gente (ENTREVISTADA C).

Isso denota um enfraquecimento do movimento desses trabalhadores, devido à falta de ações efetivas por parte da administração pública local, a qual não soluciona as pendências referentes às solicitações desses profissionais, que só almejam um local para o exercício de seu labor. Assim, desestimulados, deixam de ir até às autoridades, porque as mesmas só lhes tem dado vãs promessas.



FIGURA 5 – Parte interna da Associação dos Catadores de Recicláveis da Maravilha



FIGURA 6 – Materiais recicláveis depositados à porta da casa de um catador

Os catadores da associação em tela realizam suas coletas com a utilização de carrinhos, “carroças”, que lhes foram doadas por uma empresa privada (FIG. 7), em bairros como a Vila União, Fátima, Aerolândia. Assim, percorrem longas distâncias a pé, carregando o peso do material coletado em suas carroças. A Igreja de Fátima, também, implementou uma campanha de apoio a essa associação, obtendo recicláveis junto aos paroquianos para doações a essa entidade.

A seguir, a venda dos materiais é feita, principalmente, aos deposeiros da região. Os catadores entrevistados ganham, em média, de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

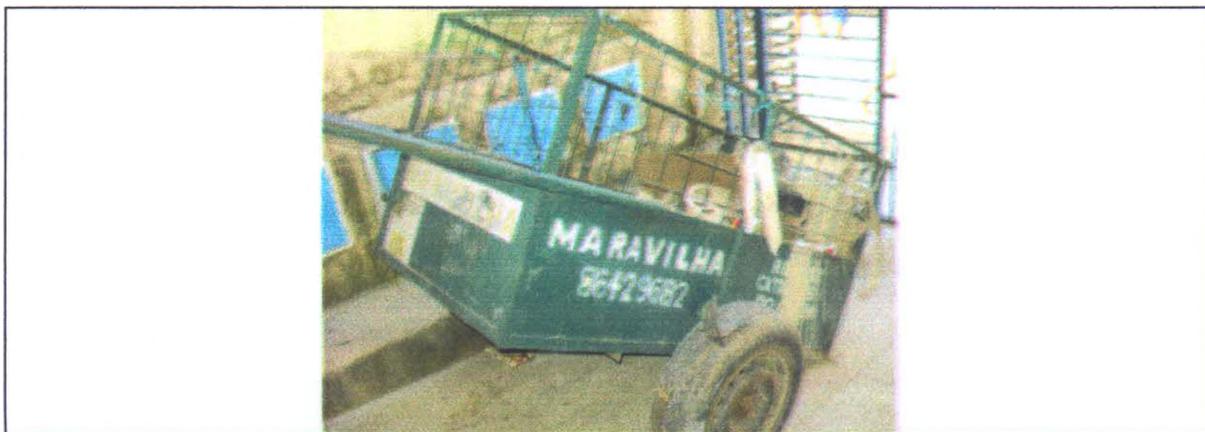


FIGURA 7 – “Carroça” utilizada pelos catadores de materiais recicláveis

Como preços repassados por quilo do material pelos deposeiros, a presidente da associação cita: do pet, R\$ 0,25; do papel branco, R\$ 0,20; do ferro, de R\$ 0,08 a 0,10; do alumínio, R\$ 1,50; do papelão, R\$ 0,08, e do jornal, R\$ 0,05.

Ademais, esses obreiros recebem algumas doações, angariadas junto a empresas pela Rede de Catadores de Recicláveis do Estado do Ceará. Essa rede reúne entidades ligadas aos catadores de recicláveis de todo o Estado e atua em conjunto com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, promovendo ações em favor desses obreiros, contando, também, com a parceria do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Ceará. Essas entidades não governamentais incentivam a criação de associações e de cooperativas, além de promoverem palestras e cursos para esses profissionais e, como já citado, fazer a ligação entre esses trabalhadores e entidades privadas, objetivando conseguir recicláveis para os mesmos (FEITOSA & AQUINO, p. 1).

As doações advindas das empresas geram, porém, mais uma dependência em relação aos deposeiros, já que os catadores não possuem veículo para o transporte desse material. É uma relação de exploração, percebida pelo catador:

Nós catador que sai com carroça, nós abastece os deposeiro. Os deposeiro é que são os ricos. que têm dinheiro todo dia, toda hora e todo instante. Nós, não... Nós faz as coletas com os carrim pra aqui e pra acolá, e leva pros deposeiro. Os deposeiro compra do preço que ele bem quer, bem entende. Aí, pronto, a gente ganha aqueles três contos, cinco contos. Não tem uma base certa pra pagar a gente direito, não... (ENTREVISTADA C).

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, aferiu-se que todos não possuem o primeiro grau do Ensino Fundamental completo. Ademais, quatro dos cinco entrevistados alegaram como motivo para o ingresso nessa atividade o desemprego. Ainda como motivação para o exercício desse labor, alguns afirmaram a autonomia que lhes proporciona, confirmando a idéia de os mesmos pensam que se auto empregam, como se pode apreender da seguinte fala:

Não tinha outro emprego, aí, meu marido comprou uma carrocinha. Nós saimo pra pegar material, gostemos... Faz mais de dez anos... (ENTREVISTADA D).

Num gosto de ser mandada por ninguém, não. Gosto de trabalhar só pra mim... (ENTREVISTADA E).

Eu não quis mais trabalhar pros outros, assim, depender do povo. Gritavam eu... Preferi trabalhar pra mim mesmo, eu mesmo ser meu patrão. É melhor pra mim (ENTREVISTADO F).

Em relação a problemas de saúde relacionados à atividade da catação de recicláveis, quatro dos cinco entrevistados afirmam já terem tido doenças ou estarem com a saúde debilitada pela catação. Ademais, não costumam procurar serviços de saúde, porque isso representa tempo perdido para a coleta de material. A dor, inclusive, parece fazer parte do cotidiano desses obreiros:

Esse trabalho, eu vou te dizer, é puxado, não é brincadeira não. Tem dia que eu chego aqui, só eu e Deus sabe [...], de dor, mas sabe o que é dor cruel? Passar o dia todo puxando essa carroça... O peso e o sofrimento, a humilhação, às vezes a gente é até humilhado por aí (ENTREVISTADA C).

Isso é tudo cravo nos pés... Já mandaram eu ir lá no hospital tirar, mas se você tirar um negócio no pé, vai ter que parar, aí não dá... (ENTREVISTADA E).

Puxar essa carroça cheia de material, trazer de longe pra cá, e daqui pro depósito, é sufoco, chego com meus peito tudo doido. É horrível... Mas tem que enfrentar, senão, passa mal. Pedir nada os outros, não gosto disso... Gosto de trabalhar e conseguir o meu (ENTREVISTADO F).

Ademais, o preconceito figurou como um dos principais óbices ao exercício desse labor, sendo que os cinco entrevistados afirmaram já ter sido vítimas de alguma espécie de discriminação relativa ao seu trabalho.

A nossa sociedade aqui, Fortaleza, tem muitas pessoas que tem consciência desse trabalho, mas tem outras que não tem consciência! Não trata a gente como ser humano, de igual pra igual, não. Humilha, tem muita humilhação [...] Algumas pessoas trata a gente com indiferença, porque pensa que a maioria dos catador tudo são ladrão, e rouba, mas não é, de maneira nenhuma. No meio de muitos que faz esse tipo de delito, que age dessa maneira, tem muitos que trabalha pra sobreviver, pra escapar, pra dar de comer aos filhos, mãe de família que vive nessa luta (ENTREVISTADA C).

Os filhos da gente no colégio... Todo filho de catador é filho de um lixeiro, come do lixo. De vez em quando, eu vou no colégio, dou um baile, aí passa um mês, depois começa de novo os menino chingando... (ENTREVISTADA E).

O pessoal discrimina muito a gente... Chama de imundo, de urubu... Mas eu nem ligo muito, não, tô ganhando meu dinheiro. Já vieram me chamar de ladrão! Tô trabalhando dignamente, se quiser fechar o nariz, pode fechar, que eu passo (ENTREVISTADO F).

Assim, estabelecendo uma comparação entre essa associação e a SOCRELP, que possui toda uma estrutura montada, incluindo os equipamentos necessários ao trabalho em tela, percebe-se que, como a atividade desta é realizada de modo predominantemente interno, torna-se mais amena, já que a maioria de seus catadores não se submete à coleta dos materiais nas ruas. Portanto, a saúde desses trabalhadores é mais bem preservada, apesar de manipularem o material sem uso de

equipamentos de proteção individual. Também, tem de enfrentar menos situações de preconceito.

Na Associação de Recicláveis da Maravilha, no entanto, tendo em vista seus associados não possuírem um local próprio de trabalho e terem de buscar material nas ruas, expõem-se à todas as mazelas que esse árduo trabalho lhes proporciona, de modo muito mais intenso. Precisam percorrer longas distâncias a pé, puxando o pesado carrinho ("carroça"), no qual colocam o material coletado, correndo o perigo representado pelo trânsito caótico de Fortaleza, além de serem vítimas constantes de preconceito.

Tudo isso pela ausência de amparo por parte do Poder Público Municipal, que os sujeita, ainda, a uma espera interminável pela entrega efetiva de seu local de trabalho. E a entrega de sua associação é vista por esses profissionais como ação primordial que deve se empreendida pela administração municipal, porque melhoraria as condições de execução de seu labor.

Nós precisa tanto desse galpão, ia melhorar mil por cento com ele, porque a gente só chegava com o material e deixava lá, num ia ser esse trabalhão medonho, de ainda ir pros depósitos pra vender... Colocava o material no galpão, os caminhão dos comprador vinha pegar, aí, já saia tudo pesado. Ainda ia ter a ajuda do outro catador, um ajudando o outro, porque aqui nós não tamo tendo ajuda um do outro, é cada um por si... Tamo sofrendo... (ENTREVISTADO F).

Se o galpão for liberado, aí tem como nós trabalhar e ganhar mais, né? Porque todas as doação vão vir pra aí e todos nós vamos trabalhar lá dentro, num precisa mais sair de carrocinha por aí. Nós fica trabalhando só lá, separando o material, aí, vende, dá pra dar um poquim pra cada, todos ganha (ENTREVISTADA G).

Cabe ressaltar que todos os entrevistados compreendem a importância de seu labor:

Eu me orgulho disso aqui que eu faço, eu amo trabalhar com material reciclável, é minha paixão, trabalho com amor, eu sei que eu tô contribuindo pra limpeza do meio ambiente. Isso é muito importante pra nossa sobrevivência (ENTREVISTADA C).

Nós tamo fazendo o bem pra humanidade, tamo limpando a cidade (ENTREVISTADA G).

Percebe-se, por meio desse estudo, a importância da organização desses profissionais em entidades como associações e cooperativas. Essas necessitam da ajuda da administração pública municipal para sua criação e efetivação, através da concessão de meios de funcionamento, como equipamentos, cursos de capacitação e instauração de coleta seletiva em toda a cidade.

Apreende-se, por tudo exposto, que esses obreiros exercem seu labor, apesar das dificuldades, com a certeza de que é um trabalho digno, de que contribuem para a limpeza da cidade e para a preservação do meio ambiente. Desejam, apenas, continuar sua atividade, mas em melhores condições, obtendo mais apoio do Poder Público Municipal.

5. CONCLUSÃO

Através de estudo acerca das doutrinas econômicas, apreende-se os acontecimentos que geraram o atual momento econômico, caracterizado pela cibernética, pela automatização e pelas avançadas tecnologias, ocasionando uma incapacidade do mercado de trabalho de atender à demanda por ocupação.

O Mercantilismo foi marcado, primordialmente, pela ingerência estatal na economia. Ademais, praticou o pacto colonial, acordo que submetia as colônias à demasiada exploração das metrópoles e que tem reflexos até hoje, tendo em vista ter dificultado o crescimento econômico das nações exploradas. Releva destacar, ainda, que a arbitrariedade estatal submetia os indivíduos, reservando-lhes mais deveres que direitos.

A partir dessa linha, pode-se compreender o surgimento do Liberalismo como forma de reação ao Mercantilismo, objetivando atender aos interesses dos indivíduos em detrimento dos do Estado. A Escola Clássica, primordialmente, defendeu o direito à propriedade privada, além da liberdade do indivíduo.

O Estado, segundo essa doutrina, teria como função, justamente, proteger a propriedade, porquanto seria legítima, tendo em vista todo o trabalho de seu proprietário para obtê-la e para mantê-la. Segundo seus teóricos, ainda, os fenômenos econômicos ocorreriam segundo uma ordem natural, independente de qualquer intervenção estatal.

O modelo liberalista de economia findou, por fim, gerando grandes desigualdades sociais. Contribuiu para o desenvolvimento da indústria e possibilitou mudanças e descobertas científicas, mas o grau de desigualdade entre as classes sociais findou alarmante, já que uma grande massa de trabalhadores se tornou miserável, tendo sua força de trabalho explorada em condições subumanas.

Desta feita, como reação ao pensamento liberalista, surgiu o Socialismo. Essa corrente defendia uma intervenção estatal na economia que proporcionasse a igualdade entre os indivíduos, fazendo uma divisão igualitária das riquezas entre as classes

sociais. Assim, propunha modelos como o comunismo e o coletivismo, visando, respectivamente, suprimir completamente ou apenas limitar a propriedade privada.

Houve, também, reações não socialistas ao liberalismo econômico, como o Intervencionismo, que pregava o empreendimento de uma intervenção no mercado por parte do Estado como meio de salvar a economia. Também, o Keynesianismo adveio, criticando severamente a teoria econômica liberal em vários aspectos.

Segundo Keynes, os mecanismos auto-reguladores preconizados pelos clássicos estariam sujeitos à falhas. Daí, a ingerência estatal tornar-se-ia necessária, devendo o Estado atuar permanentemente no sentido de controlar a moeda e o crédito; de aplicar uma política tributária e de seguro social com finalidades econômicas, no intuito de aumentar o consumo e de realizar a política de grandes obras públicas.

Por fim, como reação às doutrinas que atacaram o pensamento liberalista, surgiu o Neoliberalismo, corrente que partiu em defesa de que deveria ocorrer sim intervenção estatal, mas no intuito de manter a liberdade do funcionamento dos preços. Além disso, segundo seus teóricos, o poder público deveria atuar em certos setores de economia social para minimizar as injustiças da ordem econômica, ajudando as vítimas do sistema econômico.

Ademais, o Neoliberalismo firmou-se, atacando as conquistas empreendidas pela classe obreira, com a justificativa de preservar o capitalismo como modelo econômico. Assim, os trabalhadores foram destituídos de seus direitos, e, ainda, excluídos do mercado formal trabalhista, sendo obrigados a sobreviver do trabalho precário, marcado pela informalidade.

Também, o desenvolvimento tecnológico diminuiu a importância da matéria-prima, que poderia ser criada e recriada facilmente pelas novas tecnologias, além de ocasionar a depreciação da mão-de-obra, passível de substituição pelas máquinas. Isso reduziu o número de postos de trabalho nas indústrias, além de expropriar o saber do operário, já que suas atividades passaram a ser executadas por máquinas inteligentes.

A atual conjuntura do mercado de trabalho configura-se, então, desoladora, tendo em vista a irrisória demanda de mão-de-obra. A crise no mundo trabalhista não se restringe a um só setor ou a categorias profissionais específicas: o desemprego,

hoje, é resultado da falta de necessidade mesmo de trabalhadores, o que gera um excedente de mão de obra refugada, excluída do sistema. Isso termina por desencorajar as lutas da classe obreira, que se neutraliza diante da falta de perspectivas de conseguir ocupação.

O trabalho dito precário surge, portanto, como alternativa à falta de possibilidades de inserção no mercado formal, porque, perante o desemprego, urge encontrar meios de sobrevivência.

É nesse contexto que surgem atividades como a catação de materiais recicláveis, que possibilitam o exercício de um ofício, sem, contudo, garantirem a inserção do trabalhador no mundo de direitos trabalhistas, além de estarem fortemente marcadas pela precariedade em que são exercidas.

Os catadores de materiais recicláveis surgiram, assim, no compasso do crescimento econômico que gerou, além do desemprego estrutural, problemas, como a elevada produção de lixo e o destino final dos resíduos sólidos urbanos. Percebendo a possível fonte de renda advinda de um material aparentemente sem valor, esses obreiros constituíram-se como parceiros indispensáveis do processo de reciclagem, incentivados tanto pela oportunidade de obtenção de um labor, como pelo forte e atual discurso ambientalista.

Implementaram, ainda, uma louvável luta pelo reconhecimento de seu trabalho como profissão, através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. A vitória veio, através de seu reconhecimento como categoria profissional, obtendo registro junto à Classificação Brasileira de Ocupações sob o número 5192-05. Conseguiram, ainda, a criação de um comitê, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Recicláveis, cujo objetivo seria efetivar a inclusão social desses profissionais, implantando projetos que buscassem garantir condições de vida digna e de para os mesmos.

O que se percebe, no entanto, é que esse reconhecimento governamental, guardada a sua importância, não teve o condão de garantir aos catadores melhores condições de vida e de trabalho, e, muito menos, de proporcionar-lhes inclusão social.

Não se pode concluir de outra maneira ao se efetuar um estudo mais aproximado das condições de exercício de sua atividade, buscando-se atentar, além de nossos preconceitos, para os catadores de matérias recicláveis.

Esses obreiros exercem um labor marcado pela insalubridade, devido ao contato com materiais advindos do lixo. Ademais, estão submetidos à exploração exercida pelos deposeiros, que se constituem em atravessadores, intermediários entre os catadores e as indústrias de reciclagem, obtendo vantagens financeiras nessa intermediação, já que revendem o material às empresas a preços melhores do que os repassados aos catadores. Há, ainda, a exploração exercida pela própria indústria de reciclagem, que compra seu material por valores irrisórios, obtendo considerável lucro pelo produto final desse processo.

Percebe-se, portanto, que a atividade do catador constitui-se na primeira e essencial etapa de um processo industrial bastante rentável que, no entanto, não repassa para esse obreiro as vantagens econômicas geradas pela reciclagem.

Faz-se, então, essencial a interferência do Poder Público nessa dinâmica de exploração, principalmente, da Administração Pública Municipal, que está mais próxima da realidade vivenciada em cada cidade por seus cidadãos.

Ações de incentivo a associações e a cooperativas de catadores são, assim, de extrema relevância na tentativa de implementar condições de vida e de trabalho mais benéficas para esses profissionais, já que essas formas de organização possibilitam-lhes melhorias econômicas e de execução desse ofício. Além disso, essas entidades proporcionam dignidade, dando-lhes autonomia na gestão de seu próprio trabalho e fortalecimento como categoria profissional. Essas entidades, ainda, inserem os catadores no seio social, garantindo-lhes visibilidade, interação e reconhecimento por parte da sociedade.

Desta feita, o estudo empreendido junto à Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu (SOCRELP) e à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Maravilha trouxe como conclusão o descompromisso do Poder Público Municipal com entidades que só tem a contribuir, tanto para o trabalho executado por esses obreiros,

como para a coletividade, já que a catação de recicláveis beneficia a cidade como um todo.

Ademais, a implantação de um sistema de coleta seletiva, de competência da Prefeitura Municipal, exerceria um forte incentivo a essa classe trabalhadora, já que viabilizaria a obtenção de uma maior quantidade de materiais recicláveis para os catadores, aumentando sua obtenção de renda.

Impende destacar que a Constituição Federal de 1988 consiga em seu art. 1º, como fundamentos da República federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Ademais, através do art. 225, determina o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, além de definir no inciso VI do art. 23 a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios quanto à proteção ambiental. Ainda no citado artigo, o inciso X estabelece que os mesmos entes devem combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Por fim, como fundamento da ordem econômica, a Carta Magna estabelece no art. 170, que a ordem econômica deve ter como fundamento a valorização do trabalho humano e a livre concorrência.

Por tudo exposto, só se pode concluir pelo dever imposto a todas as esferas do Poder Público no sentido de promover a proteção do meio ambiente, além de ações que minimizem as desigualdades sociais e que proporcionem incentivos ao trabalho humano como forma de fomentar a atividade econômica. Assim, percebe-se que todas essas obrigações estão em sintonia com a atividade de catação de recicláveis, cabendo ao Poder Público apoiá-la em obediência aos ditames constitucionais.

6. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>. Acesso em: 07.04.2010.

BERENGUEL, Orlando Leonardo. **A experiência de trabalho de catadores de recicláveis dentro da dinâmica e gestão territorial de Bragança Paulista – SP**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNICAMP, Campinas, 2008.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 15.05.2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

CAMPOS, G. M. A. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE**. SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente do Município de Fortaleza, 2006.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça; SOUZA, Vânia Pinheiro. **Orientações para Normatização de Trabalhos Acadêmicos**. 7. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

COSTA, Cláudia Moraes da. **Reciclagem e Cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UnB, Brasília, 2008.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FEITOSA, Larissa de Brito; AQUINO, Cássio Adriano Bráz de. **Coesão social em grupos organizados de catadores de material reciclável no cenário de Fortaleza.** Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/367.%20coes%C3o%20social%20em%20grupos%20organizados%20de%20catadores%20de%20material%20recicl%C1vel%20no%20cen%C1rio%20de%20fortaleza.pdf. Acesso em: 10.06.2010.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Cooperativas e associações de catadores: formação e organização do trabalho na raia divisória SP-PR-MS.** In: XVII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos, 2009, Aquidauana. Novos Olhares da Geografia: Múltiplos territórios, Múltiplos fazeres e Múltiplos saberes. Aquidauana : Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Aquidauana, 2009. v. I. p. 102-109.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. **A voz dos Catadores de Lixo em sua luta pela sobrevivência.** 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – UECE, Fortaleza, 2005.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica.** Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IZAIAS, Fabiana. **A guerra do lixo: os catadores de lixo e a desativação do lixão do Jangurussu.** Disponível em: http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2008_pdf/Fabiana_Izaias.pdf. Em 13.05.2010.

LIMA, M. F.; Wihby, A. ; FAVARO, N. A. L. G. **Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos.** In: VIII Jornada do Histedbr, 2008, São Carlos. Anais da VIII Jornada do Histedbr. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008. p. 001-024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Andrea Cristina. **A busca pela proteção ao trabalho dos catadores de materiais RECICLÁVEIS: análise da experiência do Instituto Lixo e Cidadania em Curitiba – Pr.** 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UEPG, Ponta Grossa, 2007.

MATTOS, Vivianne Rodriguez. **O trabalho na era da globalização: passos para a escravidão.** Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4845>>. Acesso em 09.04.2010.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACEDO, Kátia Barbosa. **Catador de Material Reciclável: uma profissão par além da sobrevivência?** Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.

MEIRELES, Gustavo Fernandes. **Entre refugos precarizantes e refugos precarizados: precarização e catação de materiais recicláveis em fortaleza.** 2009. 163 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UECE, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, R. F.; SUSE, S.; LEITE, B. S. **Políticas sócio-ambientais relacionadas á reciclagem: O caso da coleta seletiva de Ri claro- SP.** Brasil, 2007 . **EGAL 2009.** Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07>: Acesso: 25.05.10.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Desenvolvimento urbano e seus reflexos socioespaciais:** Estudo da relação entre a população e uma política de produção do espaço urbano no Arraial Moura Brasil – Fortaleza – Ceará. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - UECE, Fortaleza, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS E INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do (a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE.** Fortaleza, 2006.

SANTOS, Gemelle Oliveira. **Lixo e saúde: as experiências de alguns trabalhadores de Fortaleza/CE.** Saúde & Amb. Rev., Duque de Caxias, v.3, n.2, p.33-40, jul-dez 2008.

_____. **Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador.** Revista Mal-estar e subjetividade – Fortaleza – vol. IX – Nº 2 – p. 689-716 – juN/2009.

_____. **Do lixo a um novo horizonte”: as perspectivas de alguns trabalhadores do sistema de gerenciamento de lixo de Fortaleza.** Revista Conexões: Ciência e Tecnologia, Fortaleza, vol. 3, n.º 1, 2009.

SANTOS, G. O.; RIGOTTO, R. M. **Fazendo a nossa parte: um estudo sobre as contribuições do trabalho dos catadores e garis de Fortaleza/CE à preservação do ambiente e promoção da saúde pública.** In: II Encontro Internacional Trabalho e Formação dos Trabalhadores, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008.

SOARES, N. M. B. **Gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares no município de Fortaleza-CE.** Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

STREB, Cleci Schalemburger. **A coleta informal de lixo no Município de Campinas – SP: uma análise na perspectiva das questões energéticas e da qualidade de vida.** 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos). Campinas, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos902/precarizacao-dotrabalho/precarizacao-do-trabalho.shtml>> Acesso em: 09.04.2010.

ZACARIAS, Inez Rocha; BAVARESCO, Caren Serra. **Conhecendo a realidade dos catadores de materiais recicláveis da Vila Dique: visões sobre os processos de saúde e doença.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.2 p. 293-305. jul./dez. 2009.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser assinado pelos catadores de materiais recicláveis

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa, não devendo participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Essa pesquisa tem como objetivo inicial fundamentar um trabalho de conclusão de curso intitulado “**Catadores de Recicláveis do Município de Fortaleza-CE: condições de trabalho e ações do Poder Público Municipal**”, executado por Gelarnia Félix de Almeida, graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Os dados serão coletados através de visitas a Associações de Catadores, onde serão estudadas as condições em que o trabalho dessa categoria profissional é executado, levando-se em consideração, principalmente, o apoio que recebe do Poder Público Municipal. Serão obtidos, também, por meio de entrevistas realizadas com os catadores, a qual levará, em média, 10 (dez) minutos para ser respondida, sendo que a fala desses trabalhadores será gravada, para posterior transcrição e análise.

Esclareço que não haverá despesas pessoais para você, bem como não ocorrerá compensação financeira por sua participação. Isso porque esse estudo visa trazer benefícios a toda coletividade, em especial, à população de Fortaleza-CE, e, mais especificamente, a sua categoria de trabalho, visando tornar conhecida sua realidade, no intuito de trazer conscientização quanto à importância de seu trabalho.

Reforçamos, ainda, que sua participação neste estudo é **voluntária** e que você poderá desistir de participar a qualquer momento, podendo retirar seu consentimento sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Destacamos, também, que as informações obtidas na pesquisa serão confidenciais e que só serão divulgadas entre os responsáveis pela pesquisa, sem que seu nome ou qualquer outro dado pessoal possa identificá-lo. Quando da transcrição de falas dos entrevistados, comprometemo-nos a utilizar nomes fictícios, garantindo, assim, o sigilo de sua identidade.

Responsável pela pesquisa:

Raimundo Bezerra Falcão

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Rua Cap. Francisco Pedro, n.º 1290, B. Rodolfo Teófilo, Fortaleza-CE.

Telefones para contato: (85)32888316.

ATENÇÃO: Para informar qualquer questionamento durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará

Rua Coronel Nunes de Melo, N.º 1.127, B. Rodolfo Teófilo

Telefone: (85)3366.8338

O abaixo-assinado, _____, _____ anos, R.G n.º _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa, e que recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar ciente de que esse termo será feito em 2 (duas) vias, de modo que, após assinar as duas, uma cópia ficará comigo e a outra cópia com os pesquisadores responsáveis.

Fortaleza, ____ de _____ de 2010.

Nome do voluntário	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler)	Data	Assinatura
Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura

Identificação

1. Nome:.....
2. Sexo: F () M ()
3. Data de nascimento: / / Idade:
4. Etnia: Branco () Negro/ Mulato () Pardo () Amarelo ()
5. Estado civil: Casado(a) () Solteiro(a) () Separado(a) () Amasiado(a) ()
Viúvo(a) ()
6. Naturalidade:.....
7. Sabe ler ou escrever? Sim () Não ()

Grau de escolaridade: Primeiro grau incompleto () Primeiro grau completo ()
Segundo grau incompleto () segundo grau completo ()
Terceiro grau incompleto () Terceiro grau Completo ()

Histórico Profissional

1. Ocupações atuais:.....
2. Ocupações anteriores:.....
3. Há quanto tempo coleta recicláveis? Porque iniciou esta atividade?
.....

Aspectos do trabalho

1. Quanto tempo por dia você dedica à coleta de recicláveis?
.....
2. Onde coleta os recicláveis? Lojas () Empresas () Domicílios () Ruas ()
Outros ().....
3. Em quais bairros é realizada a coleta?
.....

4. Quais tipos de resíduos coleta?

.....

5. O que utiliza para transportar os resíduos? É de sua propriedade?

.....

8. Qual a sua renda mensal obtida pela venda de recicláveis?

.....

9. Tem outra fonte de renda? Qual?

.....

10. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho com recicláveis?

.....

11. Já teve ou tem algum problema de saúde relacionado à catação dos recicláveis?

.....

12. Já sofreu alguma forma de discriminação em virtude de seu trabalho?

.....

13. Vê importância na catação de recicláveis? Qual sua opinião sobre a atividade?

.....

14. Em sua opinião, qual o papel do Poder Público Municipal na melhoria de suas condições de trabalho e de vida?

.....

15. Tem alguma sugestão para melhorar a situação dos catadores?

.....